

# Região Amazônica: Novas Ameaças e Possíveis Respostas

Engenheira Laura Maria Corrêa de Sá Freire

## RESUMO

O objetivo desta monografia é a apresentação de uma possível resposta às novas ameaças que se apresentam à Região Amazônica. Inicia-se o trabalho pela discussão de que embora o país esteja passando por um período de estabilidade da moeda o crescimento verificado não está sendo suficiente para gerar o desenvolvimento sustentado que se almeja. Com a certeza de que o país precisa crescer e que deve explorar todas as suas potencialidades a Amazônica é apresentada com suas riquezas e com as ameaças que estão de toda forma se opondo às ações de desenvolvimento para a região. As políticas e estratégias para sanar os problemas identificados foram buscadas e analisadas. O Brasil não tem um programa para o desenvolvimento da Amazônia inscrito em um projeto de país. A Amazônica precisa ser inserida na cadeia produtiva nacional, como área estratégica para a segurança e a manutenção da soberania nacional. Se os brasileiros não a ocuparem e a explorarem, principalmente, os recursos naturais, outros o farão. O que se identifica é que o país não tem políticas estruturadas e planejadas de médio e longo prazo que coordenem e integrem todas as ações de governo para a obtenção do desenvolvimento sustentado. Este projeto só será conseguido através de um planejamento estratégico sólido e com ferramentas prospectivas. A solução apresentada é o método de Planejamento Estratégico da ESG não só para a região Amazônica, mas para todo o Brasil. O Método é ferramenta forte o suficiente para a coordenação e integração de políticas e estratégias que propiciem o desenvolvimento de forma integrada e sustentável, que garanta o êxito dos programas e ações de governo e a eficácia no uso dos recursos públicos na busca do Bem Comum.

## INTRODUÇÃO

*“Uma longa jornada começa com um único passo.”  
Lao-Tsé*

Este trabalho tem por objetivo chamar a atenção para a importância do Planejamento na definição de políticas, planos e programas de governo para o desenvolvimento de qualquer país.

Partindo da discussão do que é crescimento e do que é desenvolvimento, conclui-se que quando se tem as ações de Crescimento das diferentes expressões do Poder Nacional sob controle, e estas estão encadeadas, organizadas e coordenadas com visão de êxitos a curto, médio e longo prazo tem-se o tão almejado Desenvolvimento do país.

Coordenar ações e planos de governo requer mais do que escolhas políticas. Exige conhecimentos, estudos e decisões estratégicas que, ultrapassando as temporalidades dos governos simplesmente partidários, se eternizem na solidez das políticas de construção da nação que tanto almejamos.

País de proporções continentais, assim é o Brasil, e não menos continentais, também, são seus problemas. No entanto este país tão “problemático” consegue ser ainda mais grandioso em recursos naturais e minerais, como os que se já conhecem na Região Amazônica. Tão rico o país, tão rica a Região Amazônia que se tornou alvo da cobiça das nações desenvolvidas que, mascaradas nos mais diversos argumentos, estão sempre se permitindo intrometer nas questões nacionais.

O povo vem passando por necessidades que não condizem com a riqueza de seu país. Como aceitar fome em um país que é o maior exportador do mundo de soja, café, carne e outras riquezas. Como aceitar não ter recursos financeiros para investimentos em educação, saúde e obras de infra-estrutura. Este mesmo país que tem as maiores reservas de minerais do mundo. Estamos deitados em berço realmente esplêndido, de ouro, nióbio e outras tantas riquezas sem saber o que fazer. Será medo em fazê-lo?

O que nos detêm além dos discursos ambientalistas caseiros e internacionais é a nossa fragilidade política, a nossa falta de

visibilidade na continuidade e na seriedade das políticas de desenvolvimento. Faltam propostas norteadoras para um buscado e imprescindível desenvolvimento sustentado.

Falta disposição para enfrentar os desafios ambientais, falta coragem para decidir o que é o melhor para o país, falta planejamento integrado das ações de todas as esferas de poder para usar esta riqueza sufocada no seio da pátria amada em valores para a construção de Bem Comum dos filhos deste solo.

Falta Planejamento Estratégico para o desenvolvimento do País.

Planejamento Estratégico. Esta é a possível resposta a ser dada ao tema proposto pelo Ministério da Defesa, “Região Amazônica: Novas Ameaças e Possíveis Respostas”, escolhido para trabalho de monografia, necessária para a conclusão do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, CAEPE 2004.

## DESENVOLVIMENTO

*“O livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos”.*

Karl Marx

“Difícil de acreditar, mas já há no país uma geração de jovens que não sabe o que é inflação. A década de nascimento que o Real completa em 2004 pôs no mundo uma geração de crianças e adolescentes imunes ao vírus da inflação.”

Assim começou o artigo publicado no jornal O Globo, de 27/06/2004, no caderno de Economia, falando sobre o Real. Brincando com a jornalista, alunos de um colégio disseram que cruzeiro e cruzado eram coisas da época de suas avós. Na verdade não eram só essas moedas que eles não conheciam. Não sabiam o que significavam siglas como URV, também o porque de estocar comida em casa, do comércio mudando os preços quase que diariamente e outros fantasmas desses tempos de inflação que aos mais velhos se apresentam como assustadoras assombrações.

Esses jovens sentem o valor do dinheiro e da dificuldade de ganhá-lo, já que todo aumento de mesada tem que ser arduamente negociado com os pais. Esta estabilidade econômica traz, também uma certa estabilidade emocional para esses jovens. No entanto, em jovens com um pouco mais de idade, o sentimento é de profunda instabilidade e de imensa incerteza com o futuro. Por que?

Porque assim como seus pais estão assombrados com o país do desemprego recorde e da renda andando em marcha ré. Estão assustados com a dificuldade de arranjar um emprego, e ouvem de seus pais como é difícil ganhar dinheiro suficiente para manter uma vida estável.

Garantida a estabilidade porque não crescemos?

O presidente do Banco Central à época, o economista Gustavo Franco, explica: “Nunca se alimentou a esperança de que a estabilização sozinha traria o crescimento por combustão instantânea. Uma coisa é tirar o paciente do CTI, onde está quase morrendo, e colocá-lo em casa. Outra é transformá-lo em um atleta”.

Realmente faltou o crescimento econômico. Nestes dez anos de Real, o crescimento médio da soma de todas as riquezas do país o PIB (Produto Interno Bruto) foi de apenas 2,4%. A década de 80, conhecida como a década perdida, apresentou um crescimento de 1,6%. Portanto o índice apresentado nestes dez últimos anos ainda é muito irrisório para um país que durante boa parte do Século XX teve o ritmo de expansão econômica mais acelerado do mundo.

O que podemos concluir é que temos uma economia estabilizada, mas não temos uma economia estruturada para o desenvolvimento.

“O governo e o setor financeiro terão que promover a expansão econômica com base em investimentos que elevem a oferta e preservem a competitividade das exportações, em vez de só se preocupar com o aumento da demanda”, esta é a posição do economista Rogério Studart, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (O Globo 27/06/2004).

Tão claro como difícil é implementar a receita do economista Studart, em um mundo globalizado onde tudo se interliga e os problemas internos dos países são agravados e influenciados por tudo o mais que ocorre no resto do mundo.

## **Crescimento não é Desenvolvimento**

É importante apresentar as sutilezas do entendimento intrínseco que trazem as palavras crescimento e desenvolvimento.

Crescimento tem conotações quantitativas, já em desenvolvimento são qualitativas, trazendo em seu bojo a acumulação de riquezas, as transformações regionais, as conquistas pessoais, a evolução da sociedade e a preservação ambiental.

Desenvolvimento é o processo global de fortalecimento e de aprimoramento do homem e de seus sistemas sociais. É tão importante que está estritamente relacionado com o Poder Nacional. Sendo a falta de desenvolvimento do país fator desencadeador de instabilidades políticas e sociais que põe em situação de fragilidade a Segurança Nacional.

A Escola Superior de Guerra em seus Fundamentos Doutrinários apresenta Desenvolvimento Nacional como o “processo global de fortalecimento e aperfeiçoamento do Poder Nacional (com o uso das expressões do Poder), particularmente de seus fundamentos homem, terra e instituições, visando à conquista e à manutenção dos objetivos nacionais e à consecução do bem comum”.

O que precisamos, além da eterna vigilância dos índices econômicos (e o que mais preocupa é a inflação) é encontrarmos o caminho para o desenvolvimento. Não se permitindo iludir com o crescimento econômico do país que não necessariamente resultará em desenvolvimento do povo, em garantia de estabilidade social, em segurança nacional e em fortalecimento da soberania nacional.

Em palestra proferida na Escola Superior de Guerra, no ciclo de extensão sobre a Amazônia o ilustre Senador Jefferson Peres teceu alguns comentários sobre o desenvolvimento da região.

Afirmou que a Amazônia vem perdendo oportunidades ímpares para estabelecer seu desenvolvimento ao longo dos tempos. Uma das primeiras oportunidades históricas foi na época áurea da extração da borracha. A segunda foi logo após a segunda guerra mundial, quando os americanos deixaram na Amazônia aviões e navios, construíram aeroportos, escolas e hospitais. E a terceira vez foi quando se estabeleceu pela Constituição a obrigação de investimento na Amazônia de 3% do PIB ao ano.

Nestas oportunidades a Amazônia poderia ter tido um desenvolvimento considerável e um ordenamento regional que tivesse propiciado o tão almejado desenvolvimento sustentado.

No entanto o que se verificou nestas ocasiões é que a região Amazônica pouco ganhou com estas oportunidades e as condições de vida do povo nada melhoraram.

O que fica claro ao analisarmos os fatos é que a Região Amazônica carece de uma dinâmica de trabalho mais sofisticada e complexa para o seu desenvolvimento, sua integração e inserção na cadeia produtiva do resto do país. As políticas não integradas e as ações decorrentes implantadas de forma isolada já demonstraram claramente que, ao não serem eficazes, tornam-se um desperdício dos escassos recursos financeiros do País.

## A AMAZÔNIA

*“...Gigante pela própria natureza  
És belo, és forte, impávido colosso,  
E o teu futuro espelha essa grandeza,  
Terra adorada!...”*

Hino Nacional

A grandiosidade e beleza da região são de conhecimento público, mas ao sobrevoar a Floresta Amazônica, a bordo de aviões da Força Aérea Brasileira, e poder ver de perto aquele imenso tapete verde de vegetação e a grandiosidade de seus rios, pode-se dizer que qualquer coisa já dita é pouco face a tanta beleza e exuberância.

## Caracterização da Região

As Florestas Tropicais são consideradas como um dos ecossistemas mais ricos da Terra, acredita-se que já cobriram cerca de 12% da superfície do planeta. Os últimos levantamentos apontam que esta área hoje está em torno dos 60% da original, cobrindo apenas 7% da superfície terrestre. São encontradas na América do Sul, na África, na Ásia e na Oceania.

A floresta tropical da América Latina, chamada de Amazônia representa 5% da superfície de terra firme do globo, 50% da América Latina e é formada por nove países, a Bolívia, a Colômbia, o Equador, a Guiana, a Guiana Francesa, o Peru, o Suriname, a Venezuela e o Brasil.

A Amazônia brasileira, tem área de aproximadamente 5,1 milhões de km<sup>2</sup> e é suficientemente grande para acomodar toda a Europa Ocidental. Representa 59,78% do território nacional, possuindo 11.248 km de fronteiras internacionais, 1.482 km de costa e 3,64 milhões de km<sup>2</sup> de floresta tropical. Faz do Brasil o país com a maior área contínua de florestas tropicais do planeta.

O relevo da região é, de modo geral, caracterizado como uma grande planície em sua maior extensão. Limita-se pela encosta setentrional do Planalto Brasileiro ao Sul; e pelo Planalto das Guianas ao Norte. A planície estende-se de oeste para leste com uma baixíssima declividade. As áreas de terra firme costumam apresentar um relevo ondulado com desníveis que chegam a 40 metros.

As estações climáticas na Amazônia obedecem a um ciclo diferente do resto do país. Apresentam basicamente duas estações bem definidas, que são marcadas pelo regime das chuvas. Chama-se de inverno a época das chuvas, que vai de novembro a abril, e de verão a época das secas (ou de menos chuva). Com terras nos hemisférios norte e sul, e se estendendo de latitudes que vão de quatro graus ao norte a dezesseis graus ao sul a Amazônia é agraciada com um clima do tipo equatorial, quente e superúmido. A temperatura média é elevada, variando entre 36° C nos meses mais quentes (Setembro e Outubro) a 26° C no mês mais frio (Julho). A taxa de insolação total é de cerca

de duas mil horas por ano. O índice pluviométrico situa-se acima de 2000 mm anuais.

A Amazônia Legal, cujo conceito foi criado pela Constituição Federal de 1953, compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte dos estados do Maranhão e Goiás. A região está posicionada fora do quadrilátero vital do Brasil, formado pelas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

A Amazônia representa:

- 1/20 da superfície terrestre;
- 2/5 da América do Sul;
- 3/5 da superfície do território brasileiro;
- 1/5 da disponibilidade mundial de água doce;
- 1/3 das florestas tropicais do mundo;
- possui o maior banco genético do planeta;
- possui uma biodiversidade incomparável e
- possui riquezas minerais incalculáveis no subsolo (algumas já mapeadas).

Como contraste à grandeza dos números acima que faz da região Amazônica a maior do Brasil é ela a menos povoada. Com cerca de 21 milhões de habitantes a distribuição da população é irregular e rarefeita. Com ocupação inferior a 1,4 hab/km<sup>2</sup> a densidade populacional da Amazônia é das mais baixas do país. A população se concentra nas grandes cidades, principalmente nas capitais, restando muito pouco para o interior caracterizado por um grande vazio demográfico. A população no interior se distribui ao longo dos rios, principalmente em solos de várzea, pela possibilidade de movimentação via transporte fluvial e pela facilidade da garantia de alimentação proveniente da pesca fluvial.

Apenas 2/5 da população vive em zona rural e é constituída de “caboclos”. Há ainda um grande número de nordestinos e seus descendentes que foram para a região atraídos pela riqueza do tempo da borracha. Há também um número pequeno, mas economicamente ativo, de estrangeiros como portugueses, japoneses, sírio-libaneses e espanhóis que habitam os grandes

centros urbanos da região. Grandes grupamentos indígenas são encontrados na região Amazônica de diferentes etnias. Suas populações têm sido protegidas em reservas indígenas, o que, no entanto não tem garantido o afastamento das doenças, choques com grupos de civilizados e o acesso às necessidades básicas de sobrevivência.

Manaus é a cidade mais importante da região Amazônica. É a capital política e administrativa da região estendendo sua importância para outros estados como Acre e Roraima, tem porto internacional e um importante centro industrial.

A ligação entre as áreas habitadas é feita principalmente por transporte fluvial, pelo transporte aéreo que vem crescendo significativamente, e o bastante limitado transporte rodoviário. A parcela de contribuição do transporte ferroviário é simbólica.

As grandes extensões de terras agriculturáveis e as explorações dos garimpos de ouro e pedras espalhadas por toda a região, provocaram um fluxo migratório intenso e desordenado. As principais consequências destes movimentos migratórios são as graves tensões geradas entre os grupos sociais por suas diferenças de raízes e de interesses. Um exemplo dessas tensões têm sido os graves conflitos fundiários envolvendo índios, posseiros, grileiros, garimpeiros e os caboclos. A grande maioria das reservas minerais está localizada em áreas já demarcadas como reservas indígenas. Esta demarcação não tem sido suficiente para manter os garimpeiros fora destes limites o que tem gerado atritos bastante graves para os poderes públicos instituídos conseguirem manter a ordem. Agrava o problema quando diante do insucesso, esses garimpeiros ficam reduzidos a situação de extrema pobreza e formam comunidades carentes à margem das grandes cidades aumentando, ainda mais, os índices de pobreza dos habitantes da região.

Apesar da abundância de riquezas naturais o distanciamento entre os grandes centros urbanos e a dificuldade de locomoção na região faz com que o homem simples da região viva de uma cultura de subsistência, que garante sua sobrevivência não o tirando do estado de pobreza. Essas atividades, basicamente de uso dos recursos naturais, em contraste com as desenvolvidas

nos grandes centros gera um crescimento econômico disforme entre o homem da cidade e o do interior.

A Zona Franca de Manaus foi indutora de grandes transformações com a geração do Centro Industrial da região. Por sua natureza legal trouxe uma série de facilidades econômicas para o desenvolvimento local estendendo sua influência para outras cidades da região. Sua importância nos últimos anos foi diminuída em consequência da política de abertura às importações do país.

Talvez a Amazônica seja a região onde mais se faça sentir a integração do povo com as Forças Armadas. Em 1985, com a implantação do Projeto Calha Norte, desenvolvido principalmente pelo Ministério da Defesa, através das Forças Armadas em conjunto com outros Programas de Governo de Desenvolvimento e outros Setoriais já existentes, foram realizadas várias ações para o estabelecimento de melhores condições para minimizar o grande desnível socioeconômico e, principalmente, da integração do povo da Amazônia aos direitos do povo de seu país.

## **Riquezas Estratégicas**

### ***Riquezas Minerais***

Levantamentos feitos na Amazônia apontam a existência dos seguintes minerais: colúmbio; crelita; nióbio; lítio; tório; titânio; urânio, bauxita, estanho, petróleo, gás natural, potássio, calcário, manganês, ferro, alumínio, diamante, cromo, linhito, ouro e diamantes e, como se ainda não bastasse, 20% de toda a água doce do mundo.

As reservas de nióbio no Brasil representam de 91,1% das do mundo. Estão localizadas em Araxá- MG, Catalão- GO, no Morro dos Seis Lagos, no município de São Gabriel da Cachoeira e no município de Presidente Figueiredo, no Amazonas, próximo à cidade de Manaus. Só a reserva do Morro dos Seis Lagos, no Amazonas, possui 90% das reservas mundiais e tem minério para cerca de 1500 anos de exploração, com um valor estimado de 1 trilhão de dólares, segundo os preços atuais. O resto das reservas

mundiais está no Canadá com 7%, na Nigéria com 1,6% e na Austrália com 0,3%. Só esses países mencionados possuem este mineral.

Os grandes compradores de nióbio são a União Européia com 41%; a Ásia, com 25%; os EUA com 24% e demais países com 10%, incluindo a China e a Rússia. A maioria dos países desenvolvidos por não possuir grandes extensões de território nem riquezas minerais é totalmente dependente da importação dessas matérias primas. Muitos desses minerais só ganharam importância após a descoberta de seu uso nas indústrias, como é o caso do nióbio, usado na indústria aeroespacial, na automotiva, na militar, na nuclear e na de saúde, que são tecnologias desenvolvidas mais recentemente.

A mina de Catalão-GO é explorada pela empresa inglesa Anglo American of South América Ltda. sendo sua produção toda exportada. A extração é feita acima dos níveis da demanda mundial apenas com o intuito de manter os estoques de reserva dos países ricos dentro de níveis de segurança estratégicos caso o setor venha sofrer alguma alteração em sua política atual. Segundo a Revista Carta Capital, de 19/03/97, a exploração da mina de Araxá- MG, é feita por empresa que tem seu capital dividido entre o Grupo Moreira Sales e a norte americana Molycorp, que também exporta o minério em quantidades superiores à demanda mundial para fazer estoques nos EUA.

Estima-se que o valor das reservas minerais da Amazônia gire em torno de 1 trilhão de dólares em minérios considerados comuns e mais 1 trilhão de dólares de nióbio. Talvez sejam essas as razões da dificuldade de se conseguir informações sobre riquezas minerais e do elevado interesse na demarcação das terras indígenas e na conservação da natureza.

## **Água**

A água doce é um recurso natural de limitada disponibilidade em várias partes do planeta e cada vez mais escasso. Isto se deve principalmente ao processo acelerado de industrialização e ao crescimento demográfico, que provoca a degradação do meio ambiente, notadamente no último século. A água doce compõe

apenas 2,7% do total da água da Terra, sendo o restante de água salgada.

A distribuição de águas no território brasileiro faz do país um privilegiado pela fartura deste recurso natural. Principalmente na Amazônia onde este recurso faz da região o “Império das Águas”, com 15% de todo o estoque de água doce da Terra. O suprimento de água doce estocado na Amazônia brasileira é estimado em  $1.107 \times 10^{15}$  litros, enquanto o suprimento total da Terra em estado líquido é da ordem de  $7.380 \times 10^{15}$  litros. O acúmulo de toda essa água decorre da invejável precipitação regional, que atinge uma média de 35 trilhões de litros por dia.

Com baixo índice de ocupação do solo e reduzida atividade econômica a bacia amazônica conta com 80% da disponibilidade hídrica do país, ficando os restantes 20% para o abastecimento das demais áreas do território nacional onde se concentram 95% da população.

A bacia hidrográfica do Amazonas possui afluentes volumosos, proporcionando magníficas reservas de água doce, na ordem de 628.938 m<sup>3</sup>/ano/hab. O volume de água do rio Amazonas é tão grande que, em um dia, lança no Oceano o volume anual do Rio Tamisa. Sua foz, ao contrário dos outros rios, consegue empurrar a água do mar por muitos quilômetros. O Oceano Atlântico só consegue reverter isso durante a lua nova quando, finalmente, vence a resistência do rio. O choque entre as águas provoca ondas que podem alcançar até 5m de altura, avançando rio adentro. Este choque das águas tem uma força tão grande que é capaz de derrubar árvores e modificar o leito do rio. É no Rio Amazonas que acontece um curioso fenômeno da natureza, a pororoca. No dialeto indígena do baixo Amazonas, o fenômeno da pororoca tem o seu significado exato: Poroc-poroc significa destruidor. Embora a pororoca aconteça todos os dias, o período de maior intensidade no Brasil acontece entre Janeiro e Maio e não é um fenômeno exclusivo do Amazonas. Acontece nos estuários rasos de todos rios que desembocam no golfo amazônico e no rio Araguari, no litoral do Estado do Amapá.

Em artigo intitulado “navios roubam água dos rios da Amazônia” o jornalista. Erik von Farfan, escreveu para o site

[www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br), tendo como Fonte: Eco 21, Ano XIV - nº 93 – Ago/04.([www.eco21.com.br](http://www.eco21.com.br)):

“Depois de sofrer com a biopirataria, com o roubo de minérios e madeiras nobres, agora a Amazônia está enfrentando o tráfico de água doce. Uma nova modalidade de saque aos recursos naturais denominada hidropirataria. Cientistas e autoridades brasileiras foram informadas que navios petroleiros estão reabastecendo seus reservatórios no Rio Amazonas antes de sair das águas nacionais. Porém a falta de uma denúncia formal tem impedido a Agência Nacional de Águas (ANA), responsável por esse tipo de fiscalização, de atuar no caso.” Enquanto as grandes embarcações estrangeiras recriam a pirataria do Século 16, a burocracia impede o bloqueio desta nova forma de saque das riquezas nacionais.

A defesa das águas brasileiras está na Constituição Federal, no Artigo 20, que trata dos Bens da União. Em seu inciso III, a legislação determina que rios e quaisquer correntes de água no território nacional, inclusive o espaço do mar territorial, é pertencente à União. Isto é complementado pela Lei 9.433/97, sobre Política Nacional de Recursos Hídricos, em seu Art. 1, inciso II, que estabelece ser a água um recurso limitado, dotado de valor econômico. E ainda determina que o poder público seja o responsável pela licença para uso dos recursos hídricos, “como derivação ou captação de parcela de água”. O gerente do Projeto Panamazônia, do INPE, o geólogo Paulo Roberto Martini, também tomou conhecimento do caso em conversa com técnicos de outros órgãos estatais. “Têm nos chegado diversas informações neste sentido, infelizmente sempre estão tirando irregularmente algo da Amazônia”, comentou o cientista, preocupado com o contrabando. Os cálculos preliminares mostram que cada navio tem se abastecido com 250 milhões de litros. A ingerência estrangeira nos recursos naturais da região amazônica tem aumentado significativamente nos últimos anos. A captação é feita pelos petroleiros na foz do rio ou já dentro do curso de água doce. Somente o local do deságüe do Amazonas no Atlântico tem 320 km de extensão e fica dentro do território do Amapá. Neste lugar, a profundidade média é em torno de 50 m, o que

suportaria o trânsito de um grande navio cargueiro. O contrabando é facilitado pela ausência de fiscalização na área.

Em todo o Planeta, dois terços são ocupados por oceanos, mares e rios. Porém, somente 3% desse volume são de água doce. Um índice baixo, que se torna ainda menor se for excluído o porcentual encontrado no estado sólido, como nas geleiras polares e nos cumes das grandes cordilheiras. Contando ainda com as águas subterrâneas. Atualmente, na superfície do Planeta, a água em estado líquido, representa menos de 1% deste total disponível. A previsão é que num período ainda próximo as guerras sejam motivadas pela detenção dos recursos hídricos.

### ***Biodiversidade***

Biodiversidade se refere à variedade de vida no planeta Terra, incluindo a variedade genética dentro das populações e espécies, a variedade de espécies da flora, da fauna e de microrganismos, a variedade de funções ecológicas desempenhadas pelos organismos nos ecossistemas; e a variedade de comunidades, habitats e ecossistemas formados pelos organismos. Inclui, assim, a totalidade dos recursos vivos, ou biológicos, e dos recursos genéticos, e seus componentes. A espécie humana depende da biodiversidade para a sua sobrevivência.

A Biodiversidade é uma das propriedades fundamentais da natureza, responsável pelo equilíbrio e estabilidade dos ecossistemas. As funções ecológicas desempenhadas pela biodiversidade são ainda pouco compreendidas, muito embora se considere que ela seja responsável pelos processos naturais e pelos produtos fornecidos pelos ecossistemas e pelas espécies que sustentam outras formas de vida e modificam a biosfera, tornando-a apropriada e segura para a vida.

Atualmente, estima-se em 1,7 milhões o número de espécies identificadas. O número exato de espécies existentes sobre a Terra é ainda desconhecido e a sua estimativa é que varia entre 5 e 100 milhões. A diversidade biológica possui, além de seu valor intrínseco, valor ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético. Com

tamanha importância, é preciso evitar a perda da biodiversidade e cada vez mais preservá-la.

O Brasil é considerado o país de maior diversidade biológica do planeta. A Amazônia é a maior e a mais rica região de florestas tropicais no mundo. Com cerca de 6.000.000 km<sup>2</sup> de extensão e uma extraordinária heterogeneidade ambiental, ela abriga entre 10 e 20% de todas as espécies que vivem hoje em nosso Planeta. São conhecidas da região cerca de 40.000 espécies de plantas, 2.526 espécies de vertebrados terrestres e 3.000 espécies de peixes. As espécies não estão amplamente distribuídas na região, mas sim possuem suas distribuições restritas a certas áreas bem delimitadas, que são denominadas pelos biólogos como “áreas de endemismo”. No caso dos primatas, por exemplo, cerca de 65% das espécies ocorrem em apenas uma área.

Os fatores que ameaçam a biodiversidade são a caça predatória e ilegal, a derrubada de florestas, as queimadas, a destruição dos ecossistemas para loteamento e a poluição de rios. Outro problema grave que ameaça a fauna e a flora brasileira é a chamada biopirataria, a saída ilegal de material genético ou subprodutos de plantas e animais para pesquisas sobre novos medicamentos e cosméticos no exterior.

A maior bacia sedimentar do mundo, com uma multiplicidade de fenômenos naturais múltiplos e únicos, uma riqueza de recursos minerais, de flora e de fauna, desperta os mais ruidosos e diferentes discursos em defesa de sua intocabilidade. Os diferentes foros de discussão, muitas vezes, aparentemente apenas científicos ou então neutros, mais nos mostram estarem defendendo os interesses de uma “humanidade internacional” (desde que atendendo aos seus propósitos) e não a dos brasileiros.

A Amazônia, para o brasileiro deve ser um desafio. Desafio de usar esta riqueza exuberante para o desenvolvimento deste país e de seu povo mantendo o equilíbrio ambiental. Desafio para agir com responsabilidade para que estes recursos não se esgotem e sejam fonte de vida às futuras gerações.

## AMEAÇAS À REGIÃO AMAZÔNICA

*“eles não querem o nosso bem, eles querem os nossos bens”  
Padre Antônio Vieira, aos índios quando da invasão dos  
franceses*

A Amazônia é motivo de orgulho e de preocupação para o povo brasileiro. Apesar de todos os esforços feitos para a integração da área ao resto do país a região apresenta, ainda, grandes vulnerabilidades que a transformam em área crítica para a manutenção da soberania nacional.

“A Amazônia é conhecida por todos como uma região de fantásticos recursos naturais de toda ordem. Região muito cobiçada, ainda pouco explorada, mas pelo seu extraordinário e cobiçado potencial, cada vez mais se revela promissora para efetiva contribuição na solução de problemas que afligem o ser humano. Cobiçada por mais de quinhentos anos. Pelo seu potencial, inclusive seu posicionamento geopolítico, tem sido cobiçada há mais de quinhentos anos” (Prof Jorge Calvário dos Santos, livro *Amazônia: Quinhentos anos de Cobiça*).

Sob os mais diversos pretextos países ricos, organizações não governamentais, defensores das mais diversas causas se dão o direito de condenar projetos, ditar soluções, impedir ações, enfim, de contestar o direito do Governo brasileiro em suas decisões de Estado para a região. A razão deste interesse tão arraigado e localizado de tantos em relação à Amazônia é óbvia e claramente a riqueza de recursos naturais e minerais da região.

Armou-se um tripé de situações delicadas, onde se juntou a questão ambiental (inclusive as riquezas naturais e minerais), a questão indígena e, no último vértice, problemas que se alternam ao gosto dos interlocutores e dos seus interesses. Nesse último vértice alternam posições o narcotráfico, a questão fundiária, as questões agrárias e os problemas gerados pela pecuária.

Os interesses internacionais ditos humanísticos são tão acirrados na defesa da Amazônia que chegam a causar espanto quando contrapostos com situações de outras regiões do Brasil.

O quadro abaixo, apresentado pelo General Villasboas em palestra à ESG para a turma do CAEPE 2004 destaca:

	<b>Vítimas da seca</b>	<b>Índios da Amazônia</b>
Quantos são?	10 milhões	236 mil
Sujeitos à fome?	Sim	Não
Subnutridos ?	Sim	Não
Passam sede ?	Sim	Não
ONG's ajudando	Nenhuma	350

Essas preocupações com certeza decorrem do fato que a Amazônia tem muito ouro e as maiores jazidas do mundo de nióbio, manganês e ferro, e ainda, muitos diamantes, esmeraldas, rubis, cobre, zinco, prata, além da maior biodiversidade do planeta (o que pode gerar lucros gigantescos para laboratórios estrangeiros) e inúmeras outras riquezas que somam 14 trilhões de dólares. (dados do Projeto Radam). Enquanto isto, pobre Nordeste, não possui tantas riquezas e por isso não há nenhuma ONG instalada na região ajudando os famintos nordestinos.

### **A Questão Indígena**

A questão indígena no Brasil passa por períodos de calma e outros de imensa turbulência como os que foram observados em 2003 e início de 2004. Essas alterações no ânimo da questão indígena não significam, quando há calma, por exemplo, uma evolução sensível em algum dos grandes pontos em discussão. Significam, muitas vezes um re-arrumar dentro dos objetivos dos grupos que manipulam as informações jogadas na mídia ou uma simples, mas inteligente, parada estratégica para novos ataques aos legítimos interesses brasileiros.

Os principais pontos polêmicos da questão indígena são a integração ou segregação do índio à sociedade moderna; a extensão das terras indígenas; a demarcação contínua ou em ilhas dessas terras, e a exploração de suas riquezas.

Tem o homem brasileiro alguns valores característicos de sua cultura, que determinam todo seu agir e devem nortear suas políticas. Aqui vai se falar da preeminência da pessoa, da liberdade, da igualdade e da fraternidade conforme o Pensamento Estratégico da ESG.

Reconhece-se que é pela preeminência da pessoa que os valores supremos são realizados. O homem como indivíduo é superior aos interesses do Estado, cabendo a esse e à sociedade proporcionar as condições de sua realização como pessoa. E, para sua realização é necessário o respeito às suas individualidades, é necessário a aceitação de suas diferenças de expressão, de pensamento, de criação e de escolha, isto é, o homem deve ter liberdade para livre pensar e se manifestar. No entanto, embora diferentes, os homens são iguais em direitos. A igualdade surge do princípio básico “de que todos nascem iguais, dotados de uma mesma dignidade de pessoa, sagrada e inviolável, na medida que compartilham de um mesmo patrimônio moral e espiritual”. (Pensamento Estratégico da ESG). Entretanto, agregado a esses valores existe o da fraternidade, o reconhecimento de que somos todos irmãos, que aliado aos outros devem ser os norteadores das decisões e políticas para a obtenção do Bem Comum a que todos os homens têm direito. Porque somos irmãos, porque somos iguais em essência e livres para ser diferentes em nossas manifestações, e porque o Homem é o centro de tudo.

Baseado nesses valores como não integrar nossos irmãos índios à nossa sociedade. Como segregá-los apenas porque são diferentes, se nos nossos valores reconhecemos que todo brasileiro é livre para se manifestar como quiser. Como não lhes conceder iguais direitos, comuns a todos os brasileiros, permitindo-lhes acesso à uma sociedade moderna e com melhor qualidade de vida.

Este ponto tem sido o principal ponto das questões indígenas e serve de alicerce aos restantes. Ditado muito mais por interesses não nacionalistas, os defensores da segregação são

os principais arautos da demarcação das terras indígenas. As terras indígenas crescem cada vez mais, não seguem critérios coerentes, indo inclusive contra a Constituição Federal, havendo grandes extensões de terra para um número reduzido de silvícolas.

A atual situação dos índios da Amazônia é a que se segue:

- a população indígena do Brasil é de cerca de 330 mil índios;
- a população indígena da Amazônia Legal é de cerca de 236 mil índios;
- a superfície do território nacional é de 851.196.635 ha;
- a superfície das 561 terras indígenas no Brasil é de cerca de: 95.830.341 ha;
- a superfície das 294 terras indíg. da região norte é de cerca de: 80.229.332 ha.

Isto significa que 83,72% das terras indígenas estão na região norte. Que 11,01% das terras brasileiras são terras indígenas. Que só o Estado de Roraima contribui, hoje com 60% de seu território para esta situação, que poderá ficar pior com a concretização das novas demarcações de terra, ainda em discussão, a serem realizadas nesse estado. Significa, também, que a densidade de índios por ha na região norte é de 0,294 índio ou 339 ha para cada índio.

Só a reserva lanomâmi, têm um território de 9.419.105 hectares (do tamanho de Portugal onde moram 10 milhões de pessoas), foi doada para apenas 8.000 índios, incluindo subsolo, ou seja, 1.177 ha para cada índio. Simples coincidência, ou não, este subsolo é extremamente rico já tendo sido identificado por satélites de pesquisa algumas das maiores jazidas brasileiras de ouro, diamantes, estanho, zinco, cobre e chumbo.

É preciso que se tenha claro, como política de Estado, as respostas a serem dadas a cada um desses principais pontos polêmicos para o desenvolvimento da região, para a integração do indígena à sociedade brasileira e para a manutenção da soberania nacional.

## **O Garimpo**

Grande problema da região Amazônica, principalmente porque conduz a ilícitos, como o contrabando de metais valiosos e pedras preciosas. A atividade é normalmente realizada de forma irregular, sem autorização do estado e conseqüentemente sem nenhuma fiscalização. Os métodos utilizados causam grandes agressões ao meio ambiente. Os problemas se agravam quando esses garimpos se instalam em terras indígenas e geram conflitos, muitas vezes acabando em mortes dos dois lados.

## **O Narcotráfico e os Movimentos de Guerrilha**

Como uma praga o narcotráfico e seus movimentos de guerrilha associados, os chamados “narcoguerrilheiros”, vem se alastrando pela região Amazônica não mais se restringindo a faixa de fronteira. Com relativa tranqüilidade o narcotráfico vem se infiltrando em território brasileiro em virtude de grandes extensões de fronteiras, pela baixa densidade demográfica e pela ausência da presença do estado manifestada pela deficiência das polícias, principalmente na área rural e, pela impossibilidade, até agora, de uma ação mais efetiva do controle de tráfego aéreo. O número de campos de pouso clandestinos é grande. Além do tráfico feito por meios aéreos, a navegabilidade dos rios da região permite o transporte da droga em pequenas e médias embarcações até os portos maiores e, daí, através de estradas, para outras cidades do Brasil e para o exterior.

O combate ao narcotráfico e aos movimentos de guerrilha, exercido pelos países fronteiriços à região Amazônica, como a Colômbia, o Peru e a Bolívia, acabam forçando o deslocamento desses elementos para dentro do Brasil. O narcotráfico e seus guerrilheiros, o garimpo ilegal e o tráfego aéreo ilícito na área são motivos de preocupação e já conduziram a incidentes de fronteiras exigindo permanente atenção. O projeto SIPAM, com certeza associado à Lei de Abate irá reduzir sensivelmente este foco de tensão. O Brasil fica em situação muito delicada, sofrendo inclusive pressões externas para resolver o problema em seu território.

Os Estados Unidos pressionaram o Brasil com ações intervencionistas sob o mote de ajudar, inclusive com o uso das Forças Armadas americanas. A possibilidade de interferência dos países ricos na região, principalmente os Estados Unidos, não pode jamais ser descartada nem subestimada.

Uma das tendências da última década, após todos os grandes acontecimentos mundiais como a queda do muro de Berlim, a desestruturação do poderio soviético, a hegemonia dos Estados Unidos da América e o atentado de 11/set/2001, é a possibilidade de uma intervenção armada, com ou sem o patrocínio da ONU, a serviço dos interesses das grandes potências. Um dos argumentos para estas intervenções seria o narcotráfico.

### **A Questão Fundiária**

Consiste de movimentos sociais de luta pela posse da terra. A ocupação se dá pela expansão do desflorestamento associado à posse da terra feita de forma irregular. O problema é agravado pelo modelo de distribuição de terra adotado. Existem faixas de fronteira, terrenos de marinha, reservas militares, indígenas e florestais, áreas de conservação e terras devolutas sobre as quais incidem as mais diferentes modalidades de transferência para o domínio privado: cartas de sesmarias (confirmadas ou não), registros do vigário, títulos de posse expedidos pelas Intendências Municipais (com ou sem legitimação), aforamentos, licença de ocupação, cessões de uso, ocorrências de usucapião, originando os mais diversos documentos de posse ou propriedade de terra e que, atualmente, estão gerando inúmeras contestações por parte do Estado e dos índios. Esta situação tem gerado antagonismos em toda a região. A este quadro agrega-se a carência de infraestrutura, de todas as esferas de poder, que deveria ser ofertada pelo estado. O movimento mais expressivo é o Movimento dos Sem Terra – MST.

### **As Organizações Não Governamentais**

A quantidade de estrangeiros na Amazônia é fato importante a ser mencionado. Estima-se que estejam na região cerca de 10

mil estrangeiros, dos quais 10% de forma clandestina. Esta estimativa foi apresentada pelo Gen. Luiz Gonzaga Schoereder Lessa, no Clube Militar, em 1999, baseado em suas incursões pela região já que o controle do estado é absolutamente falho ou, quando não, inexistente. Este número é também explicado pela grande quantidade de Organizações Não Governamentais, brasileiras e estrangeiras, que passaram a atuar na região, principalmente depois da ECO 92.

Na atualidade nada controla as ONG's. Nem o IBAMA controla as de inspiração ecológica, nem a FUNAI as de inspiração antropológica, nem o Ministério do Meio Ambiente, nem o Ministério de Ciência e Tecnologia, nem a Polícia Federal, rigorosamente, nenhum ente estatal brasileiro as controla efetivamente. É inaceitável que não haja controle de suas ações, o que estão trazendo para dentro do país, como trazem e principalmente o que levam do Brasil para fora. Uma afirmação desta, tão clara e assustadora, não foi suficiente para que a regulação e a fiscalização das ONG's, acontecesse até hoje. Desta forma elas gozam de um grau de liberdade perigoso e inaceitável, colocando em risco, a todo instante, a Segurança e a Soberania do Estado naquela região.

Atuam com desenvoltura na mídia com repercussão favorável junto ao grande público onde suas postulações são aceitas com pouco ou quase nenhum questionamento. Isto se deve ao fato que efetivamente completam lacunas assistenciais deixadas pelo estado. E, também, por uma imagem associativa que se formou no consciente da população de que por serem organizações NÃO governamentais, não pertencem ao nosso governo, não pertencem a nenhum governo, e, portanto seriam como cada um deles, grupos de cidadãos, querendo fazer o correto acima dos interesses questionáveis e individuais dos políticos.

Não está o povo errado em pensar certo. Errado está que as ONG's estão sim ligadas a vários governos, trabalhando por seus interesses e desses recebendo recursos financeiros para seu custeio e para o desenvolvimento de projetos que nem sempre têm interesses políticos ou econômicos tão nobres quanto os declarados, e por isso sempre mascaradas de ações de cunho

nobre e humanístico. Os recursos financeiros recebidos, não só os do exterior, mas também os de dentro do país, não sofrem qualquer controle do estado.

O Estado brasileiro tem delegado cada vez mais funções à sociedade civil. Descobriu que só no ano de 2003 destinou quase R\$ 1,3 bilhão para entidades privadas sem fins lucrativos, as ONG's, em transferência direta e sem licitação (O Globo, caderno O País, de 3/05/2004). A dimensão da fatia do orçamento, repassada desta forma, a este chamado "terceiro setor", levou o governo a se preocupar em montar um grupo de trabalho que crie mecanismos que dê mais transparência às relações.

A prestação de serviços aos índios é toda dominada pelas ONG's. Em 34 distritos sanitários no país, as próprias organizações indígenas têm sido encarregadas da saúde e do saneamento nas tribos. Por enquanto, são associações indígenas, assessoradas por brancos, que compram medicamentos, equipamentos, combustíveis e até carros para a execução dos programas de melhoria sanitária e saúde indígena. Só no ano de 2003, foram R\$ 192 milhões para atendimento a 405 mil índios, dinheiro transferido a 56 Organizações Não Governamentais. Sem fiscalização do estado para verificação da correta aplicação dos recursos e da eficácia dos resultados, este é apenas um dos casos.

Como porta voz de interesses externos postulam pela preservação da região Amazônica em defesa da incomparável biodiversidade e do maior banco genético do planeta. Essas ONG's constituem grande obstáculo à atuação do Estado para a implantação de projetos de desenvolvimento sustentado para a região amazônica e sua inserção no cenário nacional. Trabalhando dentro dos seus interesses potencializam os conflitos fundiários agindo junto à população indígena ou carente.

As principais bandeiras das ONG's são o combate à violência e à corrupção, defesa das minorias étnicas, críticas à atuação governamental, pressão para demarcar terras indígenas e as áreas de proteção ambiental, a defesa da autodeterminação dos índios e a sua não integração à sociedade brasileira, o direito exclusivo à exploração do subsolo das terras indígenas e a intocabilidade da floresta.

## A Questão Ambiental

É de consenso geral que a conservação do meio ambiente constitui imperativo inadiável de todos os Estados, objetivando o bem-estar das gerações presentes e futuras. Reconhecidamente uma das áreas mais ricas do mundo a Região Amazônica vem sendo alvo de cobiça internacional há bastante tempo.

Imbuídos de defensores do Meio Ambiente temos assistido vários países, entidades governamentais e não governamentais postulando em como, quando e onde pode o Brasil exercer sua soberania na região, em nome de um direito mundial às nossas riquezas naturais, que se extrapola ao próprio direito do homem brasileiro em buscar o Bem Comum.

Os trabalhos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento representam a mais avançada reorganização da ordem de poder mundial conciliada entre as elites político-financeiras. Encontrou-se na proteção do meio ambiente um oportuno pretexto para a imposição de um sistema de soberanias limitadas, fundamental para o controle dos recursos naturais do planeta.

O “Nosso Futuro Comum” (Relatório de 1987 da Comissão Brundtland) apresentava como absolutamente necessário a limitação da soberania dos países como fator de controle e domínio dos recursos naturais. Assim dizia textualmente “o conceito de soberania nacional foi basicamente alterado pela interdependência nos campos econômico, ambiental e de segurança. Ao se considerar os recursos naturais com bens comuns a todos do planeta é fácil admitir que não possam ser geridos a partir de um só centro nacional, o Estado-Nação. Então, um Estado não seria suficiente quando se trata de lidar com ameaças a ecossistemas que pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com ameaças à segurança ambiental através de administração conjunta e de processos e mecanismos multinacionais”.

O grande fundamento ideológico que sustenta todas essas postulações é o conceito de “desenvolvimento sustentado”.

Os interesses na Amazônia são muitos e inúmeros os argumentos utilizados para sustentar essas “preocupações”. Conforme Jorge Calvário dos Santos (em *Amazônia: Quinhentos anos de Cobiça*), temos os grandes focos de atenção e preocupação na Amazônia:

- 1) banco genético da biota universal, responsável pelo processo da evolução biológica sobre a terra;
- 2) reguladora do ciclo hidrológico, responsável pela distribuição das chuvas e do regime fluvial das micro e macro bacias hidrográficas;
- 3) fonte de calor para a manutenção da circulação atmosférica, que transporta para as regiões extratropicais a energia responsável pela estabilidade do clima terrestre;
- 4) emissora de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), resultante das queimadas provenientes da devastação florestal, que seria responsável pelos desastres climáticos tais como: ondas de calor, inundações, seca, furacões, degelo das camadas polares, etc;
- 5) guardiã e curadora da biodiversidade, graças à heterogeneidade de sua composição de flora e fauna, que abriga significativa parcela da biota universal;
- 6) depositária de classes e variedades genéticas de alta resistência e produtividade que iriam servir à biotecnologia do século XXI, cabendo a nós o papel de preservá-la, em favor da humanidade, da ciência e da produção de alimentos do futuro;
- 7) último refúgio de culturas tribais e primitivas, cujo valor antropológico não pode ser avaliado;
- 8) fonte de recursos naturais, minerais e hídricos suficientes para projetar o Brasil como potência econômica mundial na vigência do terceiro milênio;
- 9) penhor, hipoteca, anticrese e alienação fiduciária – as quatro garantias jurídicas reais para a dívida externa brasileira;
- 10) base geopolítica do contencioso financeiro, industrial, agrícola, comercial e tecnológico gerado pela emergência do Brasil no cenário dos países desenvolvidos do primeiro mundo.

O Brasil precisa crescer para promover o desenvolvimento do país e possibilitar que o governo alcance seus objetivos de diminuir as desigualdades econômicas e sociais de sua população. Não há dúvida que a região Amazônica pode contribuir e muito, com suas riquezas minerais e naturais, para o projeto de desenvolvimento nacional.

## **A Opinião Pública**

Uma das mais eficazes armas dos tempos modernos é a comunicação. Usa-se o poder da mídia para tudo. Para vender refrigerante, carro, justificar uma guerra, quebrar o moral de um povo e até engessar um governo para que não tome atitudes que possam vir a ser consideradas politicamente incorretas.

O assunto Amazônia aparece na mídia normalmente como um problema. Nos últimos dias uma série de reportagens sobre a região foram veiculadas nos principais jornais do país, provavelmente preparando o ambiente para a Conferência Mundial de Clima que estaria para ocorrer em Brasília, como anunciado dia 18 de julho, em artigo do Jornal O Globo. A seguir alguns títulos e sub-títulos dessas reportagens.

- “Amazônia vira vilã das mudanças climáticas”, “queimadas na região colocam o Brasil entre os maiores emissores de CO2 do Planeta, demonstra estudo”, O Globo, O Mundo Ciência e Vida, 16 de julho de 2004;
- “Fogo na Amazônia ameaça chuvas no Sudeste”, “Conferência mundial de clima em Brasília mostrará o impacto da destruição da floresta sobre o resto do país”, O Globo, O Mundo Ciência e Vida, 18 de julho de 2004;
- “Amazônia sob a ameaça de virar um cerrado”, “Cientistas prevêem perda da maior floresta tropical do planeta caso desmatamento continue no ritmo atual”; O Globo, Ciência e Vida, 28 de julho de 2004;
- “Um empréstimo Verde”, “Pacote do Banco Mundial para o meio ambiente no Brasil pode chegar a U\$\$ 1,2 bi”, O Globo, Economia, 25 de agosto de 2004;

- “Amazônia pode mudar clima da América do Sul”, “Destruição da floresta desequilibra rios e criaria áreas de seca no Sudeste, sul e centro-oeste do Brasil”; O Globo, Ciência e Vida, 29 de julho de 2004;
- “Amazônia apela para fator econômico”, “Desmatamento da floresta reduz chuvas no meio oeste dos EUA, prejudica setor agrícola e preocupa americanos”, Jornal do Brasil, O país, 29 de julho de 2004;
- “Rio Amazonas sofre desequilíbrio ambiental”, “Destruição da floresta alterou composição da maior massa de água do planeta e afetou biodiversidade”, O Globo, Ciência e Vida, 30 de julho de 2004;
- “Bastos promete demarcar terras indígenas até 2006”, em cerimônia do Quarup”, “ministro disse que governo vai implementar um plano de proteção nas nascentes dos rios Xingu”, O Globo, O País, 16 de agosto de 2004;
- “Projeto de Lei Prevê a privatização da Amazônia”, “proposta é abrir licitações e repassar exploração de áreas públicas na região para ONG’s e empresas privadas”, O Globo, O país, 21 de agosto de 2004;
- “Brasil quer incentivar quem preserva a Amazônia”, “Governo estuda mecanismos compensatórios, como incentivos fiscais, para estados que desmatarem menos”, O Globo, O mundo Ciência e vida, dia 24 de agosto de 2004.

De forma “sutil” a região Amazônica é apresentada como problemática por quase todas as reportagens, passando a quem lê o sentimento de que, o que lá acontece esta fazendo mal, não só aos brasileiros, como também ao resto do mundo, até aos agricultores americanos como no caderno O País do Jornal do Brasil, de 29 de julho de 2004.

Ao se trabalhar o material existente e amplamente divulgado na mídia sobre a Amazônia pouco se acha de informações sobre as riquezas minerais. Não se fala sobre o assunto como um ponto forte para o país, só se houve alguma coisa a respeito quando atrelada ao assunto-problema “garimpo”.

Podemos concluir que, ou a mídia desconhece o potencial de riquezas minerais da Amazônia, o que parece pouco provável, ou a mídia considera este assunto “feio”, como se fosse errado a exploração de nossas próprias riquezas minerais, também outra impossibilidade, já que para esses profissionais não existe o “feio”, existe é a informação, a notícia. Se a mídia não quer falar sobre o assunto deve haver um motivo.

O Cel Inf. Sylvio Romero de Souza Ribeiro, em sua monografia para o CAEPE 2003, intitulada “Amazônia: a guerrilha colombiana, o narcotráfico, a questão indígena, o meio ambiente e as riquezas minerais - uma abordagem mais realista”, defende a tese de que era proibido falar sobre este tema desde a colonização portuguesa. Quando Portugal iniciou a exploração das minas gerais, os portugueses e brasileiros não podiam falar ou escrever sobre as riquezas do Brasil. Muitos foram punidos com prisão e morte por falarem neste tema tabu, inclusive, Tiradentes que se revoltou contra a exploração econômica de Portugal e foi executado para servir de exemplo. Só com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil pode ser instalada na cidade do Rio de Janeiro a imprensa que já existia desde 1492 na Inglaterra. No entanto, as censuras em relação às riquezas da colônia continuaram. Com isso, não se criou uma mentalidade de imprensa nacional que defendesse os interesses do país.

O Brasil pode ser classificado como um país mineral, pois possui as maiores reservas minerais do mundo. Primeiramente suas riquezas foram bem conhecidas e mapeados pelos países ricos, com o desenvolvimento da tecnologia nacional essas informações também passaram a ser do conhecimento do governo através da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, do Ministério das Minas e Energia.

A imprensa internacional e tão pouco a nacional não divulgam as riquezas minerais do Brasil e os livros didáticos omitem esta informação. O desconhecimento público da população brasileira das riquezas existentes no país permite a manipulação de dados sobre a real extração de minérios, favorecendo a exploração ilegal, o contrabando e o descaminho praticados por empresas nacionais e estrangeiras, em sua maioria inglesas e americanas.

Talvez este último parágrafo possa ser a melhor resposta para as três possibilidades do porque não se falar sobre os recursos naturais da Amazônia.

O Brasil não pode abrir mão dessas riquezas para o seu desenvolvimento, sobretudo, porque a exploração ocorrerá, em função da demanda internacional de matérias primas estratégicas, pelas mãos de brasileiros ou de estrangeiros, cabendo ao governo esclarecer a opinião pública nacional e despertar o orgulho pelo país onde nascemos e poder defendê-lo da ambição estrangeira que continua a tratar-nos como colônia.

Diante de tantos “problemas” na Amazônia e a população desconhecendo toda a riqueza que lá, literalmente, se esconde debaixo da floresta, a opinião pública é trabalhada no sentido de não oferece a menor reação ou resistência a alguém, ou algum país, que venha a tomar alguma ação para tomar posse da região.

### **Interferência Cultural**

A Globalização abriu as fronteiras dos países, e mais do que pessoas e bens o maior trânsito que se tem entre Estados são o das idéias. O mundo anglo-saxão é atualmente o grande responsável pela feição do mundo ocidental e pela ocidentalização cultural do mundo.

Países subdesenvolvidos costumam ter uma baixa auto - estima pela situação de pobreza por que passa seu povo e, naturalmente, tende a absorver valores e idéias dos povos considerados vencedores, os ricos, de forma muito fácil. Esta absorção é mais fácil conforme é mais fraco o Poder Nacional.

Jorge Calvário, em Dimensões da Globalização diz que “Podemos considerar a interferência cultural como um instrumento de estratégia. Considerando estratégia uma arte, a interferência é uma arma. Uma arma silenciosa e eficiente. Sendo as relações entre as nações predominantemente conflituosas e a pauta das discussões definidas pela geopolítica e pelos interesses nacionais, a interferência cultural é uma arma que transcende os tempos de guerra. O que predomina de fato são os interesses das nações”.

Se o que importa são os interesses das nações, podemos imaginar que uma pode fazer tudo para conduzir o pensamento de outra na direção dos seus interesses. O ambiente criado na transferência de informações corrói os valores naturais e destrói as bases da liderança. O vazio é ocupado pelos valores importados e por falta de contraposição de outras idéias os novos caminhos acabam se conflitando com os fundamentos da cultura nativa. O processo de interferência cultural, com o objetivo de dominar, baseia-se na aniquilação do indivíduo como ser “ontológico, unidade natural, elemento de vontade, fonte de pensamento e idéias próprias, ser de consciência própria, ser racional, ser de emoção e razão, ser autônomo, ser subjetivo, ser espiritual e outros mais”.(Jorge Calvário, Dimensões da Globalização).

Os meios de comunicação de tal forma nos uniformizaram no vestir, no sentir e no pensar que é difícil separar o que é genuinamente brasileiro, para um cidadão de um grande centro como Rio e São Paulo, que se identifica em gosto e forma de pensar muito mais com um estrangeiro anglo-saxão do que com um matuto do interior. Se cidadãos preparados e bem informados podem se perder de sua identidade, o que não se dirá dos mais despreparados, que não têm conhecimentos para poder parar, analisar, julgar e estabelecer um juízo de valor a respeito de uma nova informação.

As características dos grupos étnicos que vieram a formar o povo brasileiro evidenciam na nossa cultura “uma unidade pluralista”, como diz Tristão e Ataíde (A Penetração Cultural, 1967). “Esse pluralismo, cristãmente marcado por tolerância, por fraternidade e, mesmo, por incremento de solidariedade, é a chave da vitória na repulsa à penetração cultural. Entretanto, face à impressionante força atrativa exercida pelas culturas dos países industrializados, faz-se necessário implementar mecanismos de defesa da cultura nacional brasileira, sob pena de ter suas estruturas rompidas. A defesa das identidades culturais é uma necessidade salutar, anti-hegemônica, anti-homogeneizante e fundamental para a manutenção da unidade nacional” (Jorge Calvário, em Dimensões da Globalização).

A base das sociedades são seus valores, que nascidos de convicções éticas representam sua cultura. Valores que serão a orientação inspiradora dos princípios desta nação. É preciso reforçar a identidade nacional sob pena de nos tornarmos totalmente descaracterizados e amorfos em nossa própria forma de ser.

### **O Perigoso Resultado deste Somatório**

O perigoso resultado deste somatório de ameaças é sermos convencidos de que a Amazônia é um problema. Que não podemos explorar os recursos minerais nem, muito menos, proceder qualquer alteração no meio ambiente. No entanto, se aparecer alguma nação amiga, ou empresa estrangeira que queira explorar a região deveremos permitir de bom grado. Ou ainda havendo algum problema na região do tipo – narcotráfico/drogas; destruição de florestas tropicais e recursos naturais; imigração ilegal; terrorismo internacional e problemas de proteção de minorais étnicas, já relacionados pelos norteamericanos como justificativas a uma intervenção, deveremos permití-la sem reação.

Se isto tudo for aceito teremos sido vencidos pelas maiores ameaças por que passa a Amazônia, a interferência cultural, que nos terá aniquilado de tal forma que nossa opinião pública terá sucumbido aos interesses dos outros.

### **POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS**

*“Estratégias e táticas podem mudar, os princípios, jamais.”*  
John Kessel

Para a elaboração de uma possível resposta às ameaças sofridas pela região Amazônica fomos buscar as Políticas, os Programas e as Ações de Governo aprovadas para serem implantadas como solução dos problemas apresentados e para o desenvolvimento da região.

## Necessidades Regionais

Foram realizadas à região Amazônica duas Viagem de Estudos Estratégicos para a coleta de dados, que serviriam de subsídios aos trabalhos a serem desenvolvidos para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

Em conversas com conferencistas e pessoas da terra pudemos apreender que os representantes políticos locais têm como plataforma de trabalho a implementação de políticas que tragam o desenvolvimento para a Região. Em seus discursos buscam a integração com o restante do país, reclamam da escassez de investimentos e de políticas específicas para seus problemas. Dizem que estão trabalhando para a redução dos grandes desníveis sociais regionais e nacionais.

As oratórias todas foram iguais em apontar como principais problemas da região:

- a distribuição muito esparsa da população mais carente o que dificultaria e pulverizaria as ações do governo;
- o grande desequilíbrio entre os recursos de toda natureza disponíveis nas grandes cidades e no interior;
- o baixo nível educacional da população e as dificuldades de formar um corpo de educadores de níveis mais altos;
- os problemas fundiários;
- os problemas indígenas e com as reservas indígenas;
- os problemas ambientais, e aí entram os problemas de degradação ambiental e as pressões de cunho ambiental às políticas desenvolvimentistas;
- a dependência de produtos de outras regiões; que têm que ser importados de outras regiões muitas vezes de avião, o que encarece e dificulta a economia;
- a falta de infra-estrutura básica de saúde e habitação;
- a falta de infra-estrutura de transporte, carecendo de um planejamento estratégico vital integrado entre os modais e com aporte de investimentos;
- o perigoso e nefasto narcotráfico proveniente dos países vizinhos;

- a falta de integração entre os agentes do governo como a FUNAI, o IBAMA, o INCRA, a Polícia Federal e outros; e
- o insuficiente apoio recebido do Governo Federal pelos estados da região.

Independentes desses principais problemas, apontados pelos próprios amazônicos, a região sofre dos mesmos males de todo o país, como a falta de infraestrutura de saúde, de educação, de transportes, de moradias além do vazio decorrente da ausência da figura do estado em vários setores. Identificadas as necessidades partimos em busca da identificação das políticas de Governo. Entendendo que as políticas que estivessem aprovadas para serem realizadas deveriam ser possíveis de serem identificadas dentro do Orçamento de Investimentos da União de 2004 e, ainda dentro de uma visão de planejamento de maior duração, entendemos que essas deveriam estar contidas no Plano Plurianual (PPA) do País. O PPA de 2004/2007 foi motivo de análise.

### **O Plano Plurianual 2004/2007**

Com a chamada de que “um novo Brasil é possível” o governo se propôs a enfrentar o desafio histórico de eliminar a fome e a miséria que envergonham a Nação e atingem milhões de irmãs e irmãos. A construir uma sociedade dinâmica e moderna para tirar o País da letargia, gerar empregos e riquezas e estabelecer justiça social que são objetivos que só serão alcançados com um crescimento firme e duradouro. Promover um desenvolvimento sustentado com equidade social que requer grande união de esforços e a mobilização da sociedade brasileira. Cabe ao Estado utilizar todos os instrumentos e recursos disponíveis para dar o impulso indispensável à retomada do desenvolvimento. Disse o Presidente no texto que, não se faz uma mudança desse porte sem planejamento. O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 está sendo construído para mudar o Brasil. Vai inaugurar um modelo de desenvolvimento de longo prazo, para muito além de 2007, destinado a promover profundas transformações estruturais na

sociedade brasileira. É uma peça-chave do planejamento social e econômico do seu governo. O PPA vai conferir racionalidade e eficácia às ações do Governo Federal na direção dessas profundas mudanças.

*“O governo brasileiro não tem um projeto para o desenvolvimento da Amazônia inscrito em um projeto de Brasil”,* disse o Sr. Senador Jefferson Peres em conferência proferida na ESG em 15/06/2004. Com isto entende-se que as ações são isoladas e, portanto pouco se faz e, o que é pior, não se faz a tão necessária e almejada integração da nação.

A leitura do PPA 2004/2007 nos levou a uma lista dos Programas de Governo distribuídos por todos os órgãos da estrutura governamental. O objetivo era a identificação para uma análise dos programas de governo especificamente para a região Amazônica. Identificar se os pleitos do povo, lá ouvidos, estavam sendo contemplados nas decisões governamentais e quais os programas previstos para o desenvolvimento da região.

Os programas descritos no PPA e seus objetivos são de caráter genérico e tanto podem estar sendo implementados em todo o Brasil como em uma só região, já que em sua descrição não se enfoca, sempre, onde estarão sendo aplicados. Esta listagem, no entanto, não garante a existência física do programa ou da ação, já que esses poderão estar aprovados e por problemas de caixa do governo não tenham recebido disponibilidade orçamentária porque estão com seus recursos financeiros contingenciados. Uma informação de maior qualidade neste sentido é obtida com o acesso ao sistema que registra o acompanhamento das despesas e dos investimentos do governo “on-line” cujo acesso é restrito. Esta informação evidenciaria onde os programas estão sendo aplicados, o que está sendo realizado (descrição do projeto ou ação), qual o quantitativo de recursos financeiros destinados e quanto já foi realizado em termos físicos e financeiros em percentuais. Poder-se-ia saber, também, qual a expectativa de retorno deste programa, em ganhos sociais (como geração de empregos, crianças na escola, etc) ou ainda em ganhos econômicos (como aumento de produção ou de exportação ou

ainda o ganho na velocidade de escoamento de cargas, etc) tudo dependendo da natureza e do objetivo a ser alcançado.

O objetivo desta procura era fazer uma análise cruzada dos vários projetos que estariam sendo implantados na Amazônia para que se pudesse verificar quais as necessidades que estariam sendo atendidas, verificar se estaria havendo superposição de ações, e tentar verificar a eficácia e a eficiência das mesmas. E, principalmente, já que este era um dos principais objetivos, verificar a existência de uma ação planejada para a região, verificar se havia uma coordenação das ações regionais e federais para a otimização na aplicação dos recursos humanos, financeiros e operacionais.

Em visita ao SIPAM/AM verificou-se a existência de um trabalho de monitoramento de variáveis ambientais e sociais que estaria sendo feito acompanhando alguns programas de governo.

### **Programas em Desenvolvimento na Amazônia (SIPAM)**

O SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia – é uma organização sistêmica de produção e veiculação de informações, formado por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional integrada, com atuação na Amazônia Legal nos âmbitos federal, estaduais, municipais e não-governamentais, para a gestão do conhecimento, proteção e desenvolvimento humano e sustentável da região. A base tecnológica do SIPAM consiste em um avançado sistema de meios técnicos, composto por subsistemas de sensoriamento integrados por satélite, plataforma de coleta de dados, estações meteorológicas, aeronaves de vigilância, estações radar e exploração de comunicações, instalados e em operação no estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Essa infra-estrutura produz permanentemente, e em tempo real, os dados sobre os movimentos e situações que ocorrem na região, abrangendo solo, água e ar. Ao apresentar características únicas de complexidade e abrangência, o Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM exige a adoção de um processo contínuo de operacionalização, visando a integração institucional, potencializando as estruturas já existentes

e implantando novas estruturas, com o máximo respeito à competência institucional de cada parceiro. Para gerenciar esse processo, o governo brasileiro criou em abril de 2002, o Centro Gestor e Operacional do SIPAM, o CENSIPAM, estrategicamente vinculado à Casa Civil da Presidência da República, com sua Direção Geral em Brasília.

O SIPAM surge pela necessidade de atuação do Estado brasileiro na região da Amazônia Legal, visando a integração de fatia importante do território nacional, a conservação e o desenvolvimento sustentável de uma das últimas fronteiras de recursos não-renováveis do planeta. E como uma resposta necessária e inteligente, a uma orquestração mundial que ameaçava a soberania brasileira sobre a Amazônia. Essa pressão (ameaça) originada exatamente por países que, no passado remoto e recente, dilapidaram seus recursos naturais em nome do chamado desenvolvimento e progresso, somada à preocupação com relação aos problemas conjunturais que a Amazônia há muito vinha sofrendo, acabaram por exigir do Brasil uma tomada de posição frente à presença desordenada do Estado na região.

A concepção do SIPAM é inovadora porque conjuga “alta tecnologia - integração institucional – inclusão social”. Ao buscar permanentemente a racionalização de esforços e recursos, experimentando uma forma inédita de relacionamento interinstitucional onde infra-estrutura e produtos são compartilhados, o SIPAM criou um novo paradigma para a administração pública brasileira e contribui para dar uma nova direção ao desenvolvimento da Amazônia. Ao disponibilizar infraestrutura adequada de comunicações aos programas institucionais e a todo e qualquer cidadão das mais distantes comunidades da Amazônia, o SIPAM promove a inclusão social. Ao ser considerado o maior sistema de proteção ambiental do mundo já implantado, o SIPAM reveste-se de enorme importância estratégica para o País e sua soberania sobre a Amazônia.

Essa resposta necessária e inteligente definiu as ações estratégicas a serem adotadas no Sistema de Proteção da Amazônia, pelo Governo Federal, que viessem a permitir:

- Gerar conhecimentos atualizados sobre a Amazônia brasileira;
- Criar condições para a integração dos órgãos setoriais de governo, na busca de soluções para a proteção da Amazônia;
- Sistematizar o controle, a fiscalização, a monitoração, a vigilância e a proteção da região;
- Expandir e aprimorar os meios de comunicações;
- Integrar diferentes recursos técnicos com o objetivo de reduzir os esforços, facilitando a dinâmica do processo e a eficácia dos resultados.

Na Divisão de Análise Ambiental fomos apresentados ao trabalho desenvolvido sobre Projetos institucionais do Governo em implantação ou em andamento. Esta era a informação procurada, um pouco modesta, já que o que se pretendia era uma visão de todo os programas em curso na Amazônia para que se pudesse fazer uma leitura das políticas em curso na região.

Os Programas em observação são os do quadro abaixo.

Órgão ou Ministério	Programa
- Casa Civil	- Plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Brasileira - Grupo de Trabalho Interministerial para o diagnóstico e proposta relativa à terra da União no Estado de Roraima
- Ministério do Meio Ambiente	- Plano de Manejo e Gestão de Unidades de Conservação - Zoneamento Ecológico Econômico do Brasil - Monitoramento e Controle Ambiental
- Ministério da Integração Nacional	- Programa de Política Integrada de Desenvolvimento Econômico e Regional para a faixa de fronteira
- Ministério das Cidades	- Programa para as regiões Metropolitanas
- Ministério da Justiça	- Proteção de Comunidades Indígenas
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	- Ordenamento do Uso do solo para o Agronegócio
- Ministério da Saúde	- Plano Observatório de Saúde da Amazônia

A análise do desempenho desses projetos de forma integrada e cruzada seria muito eficiente para testar a eficácia das estratégias e as conseqüências diretas na flora, fauna, água e solo no mesmo intervalo de tempo e espaço. Essas informações agregadas a índices referentes ao “bicho homem” seriam grandes balizadoras do curso das ações em implantação.

Essas foram as melhores informações obtidas sobre políticas, sendo analisadas em conjunto, que se conseguiu sobre a região.

Muito longe do que se procurou, que eram políticas funcionando de forma agregada e integradas. O que se obteve foram ações sendo vistas no mesmo tempo e espaço sobre a mesma ótica, sob a mesma visão sistêmica.

Os programas acima não são com certeza os únicos para a região. Deve haver mais programas para a Amazônia que ficaram “escondidos” na falta de divulgação. Pelos jornais foram divulgadas outras soluções a serem implantadas na região, que surgem de um instante para o outro de forma totalmente inesperada.

Destas novidades a de maior impacto dos últimos meses foi o recém lançado Plano Safra, que é um projeto de lei que prevê a privatização de áreas da floresta amazônica como forma de obter o crescimento da região.

### **O Plano Safra**

O Plano Safra, anunciado pelo governo federal prevê investimentos de R\$ 600 milhões no custeio de pastagens e pecuária, um aumento de 50% em relação ao ano anterior. As críticas ao projeto apresentam informações recentes divulgadas pelo Banco Mundial que apontam a pecuária e a agricultura como uma das principais causas do desmatamento da Amazônia, devido à conversão da floresta em pastagens. Zac Goldsmith (na Revista JB Ecologia de 5 de agosto de 2004) afirma que “a causa principal da destruição da floresta amazônica é o avanço das plantações de soja, cuja maior parte é destinada à exportação. O Brasil deveria se perguntar quem é que está realmente se beneficiando com esta indústria. É o Brasil, ou são os grandes conglomerados agrícolas, como Monsanto e Cargill? O que o Brasil tem que se perguntar é quem, em última análise, vai pagar o preço da destruição? E a resposta é clara: quem sai perdendo são o Brasil e o próprio mundo”.

O projeto de lei com certeza atizará o debate entre os que defendem a preservação integral da Amazônia e os que desejam um projeto econômico para a região. A proposta, ainda sendo ajustada, prevê a privatização de áreas de floresta localizadas

em terras públicas, seja do governo federal, de estados ou municípios. A idéia é fazer o levantamento das áreas que estejam fora das unidades de conservação e dividi-las em blocos que serão, através de licitação, concedidos à iniciativa privada. Sendo que no projeto de lei não se faz distinção nem restrição entre empresas nacionais e estrangeiras, o que é um grave precedente e que com certeza poderá gerar grandes problemas no futuro.

Espera-se produzir de forma sustentável os 30 milhões de metros cúbicos de madeira consumidos anualmente da Amazônia. Espera-se abrir à exploração da iniciativa privada cerca de 50 milhões de hectares de floresta. Isto representa algo em torno de 15% de toda a região amazônica, uma área equivalente ao Estado da Bahia e maior do que a dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo juntas. O governo Brasileiro, ainda previsto no projeto de Lei, pretende cobrar das empresas concessionárias um valor em cima dos recursos naturais retirados da floresta. O principal produto a ser explorado é a madeira, porém há previsão de estender a outros, tais como frutos, resinas e plantas ornamentais.

Alguns dos principais pontos do estudo que serviu de base para o projeto de Lei são:

- uma estimativa de receita prevê algo em torno de R\$ 200 milhões por ano;
- os vencedores das licitações poderão explorar os recursos naturais mas não terão a posse da terra;
- o governo diz que haverá regras rígidas;
- o contrato poderá ser cancelado se o concessionário estiver extrapolando os limites previstos no edital de licitação.

Um dos defensores do projeto de lei, o Secretário Nacional de Florestas e Biodiversidade, Sr. João Paulo Copobianco, afirma que não há perda da soberania, e o Diretor do Programa Nacional de Florestas, Sr. Tasso Azevedo anuncia que finalmente haverá um mecanismo sustentável de terras públicas (O Globo, 01 de agosto de 2004, pag12, O País artigo do Sr. Rodrigo Rangel).

Os ambientalistas reagiram mal, alegando, principalmente, que ainda não há o domínio completo do que venha a ser uma

exploração sustentável, e o perigo que é a abertura das florestas aos estrangeiros. O engenheiro agrônomo Flávio Garcia, do Movimento em Defesa da Amazônia, tem opinião totalmente diferente dos defensores da idéia, considera a proposta um atentado à soberania da Amazônia, que há um desejo inexplicável de entregar grandes áreas da região ao capital estrangeiro. Considera o projeto como a globalização da Amazônia (O Globo, 01 de agosto de 2004, pag12, O País artigo do Sr. Rodrigo Rangel).

Fala-se que não haverá problema quanto aos contratos e ao cumprimento das cláusulas, por exemplo, as ambientais, pois os mesmos serão fiscalizados quanto a sua execução e poderão até mesmo ser rescindidos se ferirem o acordado. Não se está levando em consideração a experiência adquirida da fiscalização dos contratos de concessão ou de arrendamentos das empresas e serviços públicos já privatizados.

Em contratos na área de transportes, decorrentes de processos de privatização, foram previstos como cláusulas “petreas”, passíveis de rescisão contratual, a realização de investimentos e o cumprimento de metas de movimentação que não foram cumpridos. Os meandros da justiça não têm conseguido resolver questões de rescisão contratual. A principal explicação dos juristas à dificuldade de julgar e decidir as questões é a falta de intimidade alegada por esses com o linguajar técnico das partes para defender seus interesses.

Contratos que envolvem cláusulas com controles/restrições ambientais, por envolverem uma gama de variáveis ambientais diversas e de naturezas diferentes, constituem um conhecimento técnico científico muito mais apurado e sofisticado do que qualquer outro conhecimento similar, como os técnicos da área de transporte, por exemplo. Não será simples, com a facilidade que se propõe no jornal, fiscalizar e, principalmente, vir a rescindir, se necessário, um contrato desta natureza. Que estará explorando recursos naturais, será firmado com valores de receitas de grandezas incomensuráveis e, assinado com estrangeiros que estarão apoiados em seus escritórios de advocacia internacionais.

Contrato assinado, palavra firmada, qualquer mudança é muito difícil tanto para um lado como para o outro. O governo se sente e se declara incapaz de gerir e de tomar conta de toda a Amazônia, pela sua imensidão territorial. Como pretende o governo fiscalizar áreas grandiosas sob o controle de empresas que podem ser estrangeiras?

A defesa do meio ambiente é tão acirrada que existem hoje 24 usinas pendentes de licenciamento ambiental em todo o Brasil. “É preciso que haja uma adequação entre o ritmo do setor elétrico e o licenciamento ambiental”, disse a Ministra Dilma Rousseff em reunião no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em 04/08/2004. Essa reclamação da Ministra evidencia a tônica da grande maioria das decisões dos órgãos ambientais que, ou por desconhecimento das condicionantes ambientais, ou por espírito de conservação, ou, ainda, por medo de ousar são contra qualquer ação de desenvolvimento para o país que use ou altere os recursos naturais. Estão protegendo o meio ambiente brasileiro dos próprios brasileiros, estão impondo limites ao tão necessário desenvolvimento do país.

Há muito a ser discutido e ponderado no desenvolvimento sustentado que se pretende implantar na Amazônia. É bom lembrar frase de Zac Goldsmith, diretor e editor da *The Ecologist*, em entrevista à *Revista JB Ecologia* de 5 de agosto de 2004, “A economia globalizada acaba com a diversidade e destrói as economias regionais. Os únicos que ganharam com a globalização foram as grandes corporações.”

Há uma falta de coerência no pensamento estratégico ambiental do país. De uma feita nossas políticas são apenas de conservação ambiental, não admitindo que nada seja feito nem explorado no ambiente amazônico, nem pelo brasileiro que ali vive. De outra partimos para um projeto que é a própria internacionalização e globalização da Amazônia, que com certeza não resgatará da miséria e nem dará dignidade humana ao nativo da região, nem ao restante do povo brasileiro. Com a mesma voracidade que defendemos a Amazônia de nós brasileiros, nos propomos a entregar e deixar que estrangeiros a explorem.

## País de Múltiplas Vocações

Esta incoerência em relação às decisões que se tomam para Amazônia é decorrente de duas situações muito claras porque passa a elite brasileira:

- 1) ter a certeza de que a Amazônia é um potencial de riquezas que deve ser usado o quanto antes para gerar recursos financeiros para que o governo promova o desenvolvimento do país e a redução das desigualdades sociais;
- 2) não saber como fazer para desenvolver a região amazônica, sem gerar gritos de indignação dos ambientalistas nacionais e estrangeiros.

Do Brasil sempre se ouviu falar que tem vocação agrícola, e realmente tem todos os predicados para ser o celeiro do mundo, mas esse modelo não encerra os potenciais vocacionais que tem este país. O Brasil é país de todos os modelos de desenvolvimento. Citando alguns, como o modelo agrícola (com recordes de produção mundial), o industrial (sendo o 10º no mundo e o 1º abaixo da linha do equador), turística (pela beleza de sua natureza e seus ecossistemas) deve assumir para o mundo sua vocação, também, para a exploração e industrialização de recursos naturais.

É impossível entender que um país com um acúmulo de riquezas minerais como os descritos no Capítulo II, esteja sem disponibilidade de recursos financeiros para investir em projetos de infra-estrutura, saúde, educação e todos os outros que promovam o crescimento e a distribuição de riquezas tão necessárias ao desenvolvimento do país. Por que não exploramos nossas riquezas minerais? O que estamos esperando? Será que aquele medo mencionado no Capítulo III continua nos acompanhando desde o tempo da colonização e continuamos, por isso, a não falar das riquezas minerais. É preciso mudar.

## Política Ambiental

Relatório das Nações Unidas sobre meio Ambiente divulgado recentemente, alerta que a má gestão dos recursos naturais é uma das principais causas de degradação dos ecossistemas e aprofunda a marginalização dos povos mais pobres. Divulgado na véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente o estudo ressalta que os ecossistemas são o motor do planeta e a base primordial da economia global. O documento defende também mudanças nas maneiras de tomar decisões sobre os recursos naturais, sobretudo em países pobres ou em desenvolvimento. Sustenta que a má gestão de assuntos ambientais é decorrente da incapacidade das instituições governamentais em manejar seus ecossistemas, e que as ameaças globais ao meio ambiente atingem de forma desproporcional os mais pobres.

Eis o grande desafio da Política Ambiental do Brasil, sair do modelo de simples defesa e da intocabilidade dos recursos naturais para uma parceria das potencialidades ambientais com os projetos de desenvolvimento do país.

O Brasil tem que assumir estrategicamente uma de suas múltiplas vocações naturais, a de país explorador e processador de recursos minerais, para usar esta riqueza que é do povo brasileiro para gerar as necessárias disponibilidades de caixa para os investimentos à consecução da vida digna que todos têm direito. Já está provado que a maior degradação ambiental é a miséria e as condições subumanas que vivem certas comunidades.

O que se enxerga nas políticas de desenvolvimento do governo para o país é que elas são boas apesar de privilegiarem os aspectos econômicos e deixarem a preocupação com o meio ambiente por conta dos órgãos ambientais. É preciso que o Brasil parta para um planejamento integrado de suas políticas de governo. Um Planejamento Estratégico, baseado em estudos e informações científicas, com análises e previsões de curto, médio e longo prazo. Um Planejamento que venha dar respaldo e respeito às decisões estratégicas do governo que se fizerem necessárias ao desenvolvimento do país, até, se for necessário

intervenções ambientais dentro de controles específicos e com adoção de medidas restauradoras. Projetos de desenvolvimento significam mudanças de paradigmas, investimento em ciência e tecnologia, em infraestrutura, em educação que não podem ter a curta duração de um Plano Plurianual de 4 anos.

A região Amazônica deve e precisa ser inserida na cadeia produtiva nacional, como parte integrante que é deste país e como área estratégica para a segurança e a manutenção da soberania nacional. Se os brasileiros não a ocuparem e a explorarem, principalmente, os recursos minerais, com certeza outros o farão.

## **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

*“Não há nada mais difícil de se conseguir, mais perigoso de se conduzir ou de êxito mais incerto do que liderar a introdução de uma nova ordem de coisas.”*

*Machiavel*

O crescimento é um dos principais objetivos da política econômica, pois a contrapartida do acréscimo na produção é o aumento da renda. A geração de renda leva a população, como um todo a prosperar. Ainda que este prosperar ocorra em níveis diferentes na população em função do aproveitamento de oportunidades, ou mesmo, em decorrência das políticas públicas ao consolidar esse crescimento e dele transformar em ganhos sociais para a sociedade, temos deste prosperar o desejado desenvolvimento.

Sendo as políticas públicas fatores determinantes no diferencial de um crescimento desordenado e de um desenvolvimento justo e desejado, não podem essas serem definidas apenas pelos caprichos e ganhos políticos dos que estão no poder de decidir o país. Governantes podem criar condições que facilitem o crescimento ou tomar decisões equivocadas que dificultem o bom funcionamento da economia. O desenvolvimento não depende apenas da vontade política ou da ação direta do Estado, ele sofre, também, interferência direta de fatores internos e externos que ao governo não estão subordinados.

Decisões devem estar calcadas em conhecimentos do problema que se quer resolver ou do objetivo a ser alcançado. A capacidade de planejar de forma contínua e revisada separa, em termos de eficácia, os mais esclarecidos, daqueles que por não acreditarem na ferramenta “planejamento”, seguem em frente realizando de forma desordenada e dispendiosa, e com certeza, na maioria das vezes, ineficientemente, esforços rumo à realização de seus objetivos.

### **Desenvolver é Crescer com Planejamento**

Não é difícil ouvirmos um ou outro político revisando alguma posição tomada no passado em relação a algum projeto de governo. A explicação desses é que desconheciam a importância do projeto à época e que, agora, reconhecendo o valor dessa realização estarão com certeza votando a favor. Tirando qualquer explicação menos nobre, a simples ignorância da importância de qualquer ação de governo não pode ser justificativa para o apoio ou o não apoio a essa. É muito caro para o país a não aplicação de suas políticas nos momentos oportunos, e pode ser condição de vida ou morte para uma parcela sensível da população.

É preciso que o governo deixe claro o que fará, como fará, onde fará, quando fará e principalmente porque fará. Dentro de uma lógica de realizações e transparência de decisões que fique claro para a sociedade os retornos e ganhos que serão obtidos com aquela política que será implantada, com a realização dos diversos projetos que deverão ser encadeados e consecutivos.

Decidir é um pré-posicionamento em relação ao futuro. As decisões políticas são de tamanha importância que devem ser acompanhadas de estudos que possibilitem prever os resultados que gerarão no futuro. Se estivermos pensando em tomar decisões no presente e queremos acertar seu êxito no futuro, não podemos permitir que ele ocorra de forma apenas aleatória. Temos que diminuir o grau de incerteza em relação a esse futuro usando ferramentas científicas como estatística e análise de sistemas para dar apoio na construção de uma visão prospectiva da vida.

Vamos construir um futuro a partir das variáveis do presente e é certo que, à medida e ao jeito que essas forem interligadas ou

associadas, poderão ser gerados vários futuros possíveis. Esta é a principal característica da Prospectiva, conseguir construir vários cenários que nortearão o agente decisor em como chegar e onde. Estudos prospectivos com certeza são as ferramentas que mais facilitam nos planejamentos estratégicos de médio e longo prazo.

É isto que precisamos para o país, um planejamento estratégico de médio e longo prazo, em que os cenários futuros sejam construídos de forma ampla com visão dos fatores internos e externos ao país, já que nessa era de globalização as ocorrências em outros Estados acabam por influenciar outras nações. A Globalização é de tal forma forte que ao se globalizar economias globalizou-se políticas, revolucionou-se a informática e apregou-se uma visão de planeta embutida nas preocupações ecológicas. As relações ficaram de tal forma entrelaçadas que não é possível a construção de qualquer cenário, em que os temas referentes às expressões do Poder Nacional não sejam analisadas, também, à luz das interferências externas. Ainda tendo o cuidado de na análise das políticas ficarmos atentos às de nosso interesse e às que nos estão sendo induzidas por fatores externos. Já que o que está realmente globalizado são as relações entre as elites industriais, financeiras e as geradoras do conhecimento científico-tecnológico, ficando em situação periférica e fora deste contexto todas as populações pobres.

Um planejamento neste nível que incorpore todas as variáveis políticas, econômicas, psicossociais, militares, de ciência e tecnologia e, não esquecendo, que os jargões ambientalistas estarão sendo usados em cada discussão, só será possível com auxílio das técnicas prospectivas. A grande chave para o planejamento é a capacidade que se deve desenvolver para ver adiante, ver ao longe. Quando se vê adiante fica se sabendo onde se vai chegar. E sabendo onde se vai chegar fica mais fácil remar a favor para ajudar a chegar ao objetivo desejado, ou mudar o rumo, remando em outra direção para fugir do cenário indesejado. Prospectiva é a arte de estabelecer vários futuros possíveis.

Planejamento é o método pelo qual se define a mobilização de recursos para alcançar os objetivos propostos. Estratégia é a mobilização de todos os recursos possíveis no âmbito global

visando atingir objetivos definidos previamente. Planejamento Estratégico é uma metodologia de gestão que permite estabelecer o caminho a ser seguido pela empresa/cidade/estado/ministério/governo visando elevar o grau de interações com os ambientes interno e externo.

Vimos no Capítulo anterior que o governo tem políticas, metas e prioridades, programas e ações, no entanto pudemos constatar, em nossa Viagem de Estudos à região Sul em setembro, que um planejamento estratégico é um desejo de vários setores da política nacional. Em conferência proferida no Palácio de Governo do Estado de São Paulo, em 14/09, o Dr. Andrea Calabi, chamou atenção para a busca da eficiência na gestão pública e que os baixos resultados são decorrentes da falta de planejamento dos governos, e que o seu estado está trabalhando para mudar esta feição na sua administração. Em conferência no Estado do Rio Grande do Sul, o Dr. Ermílio Santos apresentou como uma das prioridades do governo de seu estado a Modernização da Gestão Pública. Modernização para dar ao povo a visão de organização das ações do estado, para o povo saber o que e para que as ações do governo estão sendo implantadas, para dar ao contribuinte a sensação de transparência, que ele chamou em sua apresentação de “accountability”. Que seria uma noção de prestação de contas contínuo do estado ao cidadão e geraria um grau de conscientização do eleitor em fiscalizar os governantes em suas realizações. É preciso que o eleitor tenha mecanismos de acompanhamento das políticas públicas para verificação e aprovação que deve se refletir nas suas futuras escolhas na hora do voto.

O discurso desses dois ilustres conferencistas reforça a proposta deste trabalho de um Planejamento Estratégico para o país que articule os diferentes agentes de políticas públicas que normalmente agem de forma isolada e de tal forma que obtém baixos êxitos em suas realizações. É preciso que se fortaleça a peça orçamentária. Os Planos Plurianuais de quatro anos, devem ser partes integrantes de um Planejamento Estratégico de Estado atemporal e não de mais um plano do governo instalado. As ações integradas dos agentes públicos, com visão de continuidade e

de articulação entre os diferentes setores da sociedade, serão a certeza de que não se está só fazendo um plano de dispêndios e de investimento e, sim, um plano de construção de país e de viabilidade de uma vida digna no futuro para todos os excluídos neste presente.

Planejar é decidir. Decidir é posicionar-se no presente em relação ao futuro. Planejamento é uma atividade permanente e continuada, desenvolve-se de modo racional, sistematiza um processo de tomada de decisões. A velocidade e a amplitude das mudanças porque passa o presente, do ponto de vista de todas as facetas do conhecimento e das multiplicidades das condicionantes ambientais e sociais faz do Planejamento Estratégico uma tarefa cada vez mais difícil, e por isto mesmo cada vez mais necessária e imprescindível para o norteamento das decisões em busca do caminho seguro para o desenvolvimento.

Um Planejamento Estratégico baseado em Técnicas Prospectivas é uma das possíveis soluções para a Amazônia e para o Brasil.

### **Método de Planejamento Estratégico da Escola Superior de Guerra**

Procurou-se um sistema de Planejamento Estratégico para apresentar como possível solução ao país e à Amazônia. O modelo deveria usar técnicas prospectivas e possibilitar que informações ambientais fossem inseridas junto às demais em qualquer estágio do processo. O porquê da preocupação em dar visibilidade às informações ambientais é uma consequência natural ao momento que estamos passando, onde essas questões têm tomado um vulto muito grande, principalmente quando se fala em definir políticas e implementar projetos de desenvolvimento na Amazônia.

Planejar exige, antes de qualquer estudo, que posições estratégicas tenham sido assumidas. O Brasil deve tomar a rédea de suas políticas públicas, principalmente a política ambiental, e não permitir ser cerceado em suas decisões por pressões

externas. Um planejamento que contemple todas as nuances da sociedade (econômica, social, etc) próprias de qualquer estudo deste tipo e mais explicitamente as variáveis ambientais deve ser a resposta determinada e inteligente dos dirigentes desta nação soberana aos interesses estrangeiros maquiados de ambientalistas.

A busca de um modelo de Planejamento Estratégico, para apresentar como possível solução ao país e à Amazônia, nos levaram ao modelo de Planejamento apregoado pela Escola Superior de Guerra para a elaboração do Planejamento de Defesa Nacional.

O Método de Planejamento Estratégico da ESG é um processo interativo de procedimentos ordenados destinado à obtenção de um determinado resultado com a otimização de decisões. Está sempre referido ao passado, atento ao presente e orientado para o futuro, apoiado nas condições de factibilidade das situações. Fundamenta-se em dois pilares básicos: nas teorias comuns a todos os métodos de planejamento e aos Elementos Doutrinários da ESG. Visa racionalizar as macro decisões de um Governo, com ênfase e direcionamento para os aspectos da Defesa Nacional.

A proposta é que o Método de Planejamento Estratégico da ESG seja utilizado como agente de planejamento de todas as políticas do país de forma integrada, já que ao se dar ênfase, apenas aos aspectos de defesa, o que se faz é por de lado o que tenha sido identificado dos outros campos de atuação do governo. Tendo como norteador dos caminhos os Elementos Doutrinários da ESG, as ações governamentais de nível político ou estratégico são voltadas para a conquista do Bem Comum, explicitado nos Objetivos Nacionais, consequência dos valores, necessidades, desejos, interesses e aspirações legítimos da sociedade brasileira.

As fases do método são a de análise do diagnóstico, a de escolha da política e a de ação estratégica. Na fase do diagnóstico identifica-se o ambiente interno e externo ao país. Identificam-se as ameaças e as oportunidades que podem interferir de forma positiva ou negativa no sistema Governo em decorrência de uma ação de um outro país. No ambiente interno identificam-se os

pontos fortes e fracos do sistema Governo e a sua interação com as ameaças e as oportunidades, além de avaliar os planos, programas e planos em curso em termos de eficácia e eficiência. Passa-se, então, ao levantamento do poder, com a identificação das necessidades que devem ser atendidas. Deve-se identificar os óbices segundo seus graus de interferência (fatores adversos e antagonismos) verificando suas tendências de evolução já que o método é prospectivo. Neste momento, com certeza, as questões ambientais seriam identificadas como grandes impeditivos para a deflagração de algumas políticas de desenvolvimento e surgiriam algumas respostas, em termos de decisões políticas ou opções estratégicas, de neutralização ou atenuação a serem adotadas no futuro. Neste momento em que também se faz um levantamento das premissas éticas, as questões ambientais devem ser contrapostas aos direitos do homem brasileiro enquanto indivíduo e coletividade de usar os recursos naturais como forma de melhorar sua condição de vida.

A fase política tem por objetivo a definição dos objetivos ou o estabelecimento de diretrizes políticas que irão orientar os diversos setores do governo. Trata-se de um processo de escolha (do que fazer) fornecendo parâmetros para a decisão. A escolha é decorrente do estudo de como estará o país no futuro em função de todos os dados levantados no estágio anterior e do resultado da elaboração dos cenários futuros. Como resultado de um “ver longe”, ainda, é claro, que incerto, consegue-se esboçar o cenário mais otimista, mais pessimista e médio, e o mais provável e o mais desejável que serão a base para a fixação dos objetivos de Governo. Tendo em vista a grandeza das políticas que devem ser desenvolvidas no Brasil de forma integrada, é interessante para facilitar o acompanhamento dos processos de implantação o estabelecimento de metas e de índices de controle para revisão e retomada de posição quando da fase de realimentação do método.

Poderiam os analistas que estivessem planejando optar corajosamente em mudar radicalmente o discurso único de que o Brasil é um país apenas de vocação agrícola. Que preço se paga para ser o celeiro do mundo enquanto o povo passa fome?

Por que não desenvolver mais o poderio industrial para transformar a produção agrícola e a mineral em produtos de alto valor agregado? O que está se esperando para a exploração dos recursos minerais que temos; principalmente na Amazônia? O que estamos esperando para explorar com critérios técnicos ambientalmente sustentáveis as riquezas minerais e transformá-las em recursos financeiros para desenvolver o país para o povo brasileiro, legítimo dono do solo e subsolo deste território?

A fase estratégica do método de Planejamento Estratégico possui quatro etapas distintas que são a concepção estratégica, sua programação, sua execução e seu controle. A concepção estratégica compreende o estudo, a definição e a indicação das diretrizes estratégicas a serem seguidas. As trajetórias estratégicas são submetidas ao teste de adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade (AEA). O teste verifica a possibilidade de atingimento dos objetivos esperados com a implementação dessa trajetória, verifica se há meios disponíveis para a implantação da trajetória e se o custo/benefício justifica sua implementação. Deste processo resulta a opção estratégica, ou o conjunto de trajetórias, que mais fortemente garantirão o alcance do Cenário Desejado.

A fase de programação vai operacionalizar as trajetórias escolhidas em um Planejamento Estratégico de país, que é o que está sendo proposto. Com o objetivo de coordenar as ações de governo para um desenvolvimento sustentável, sem desperdícios e sem perdas nos esforços e nos recursos do governo. Essas diretrizes devem ser desdobradas em diretrizes setoriais, regionais e específicas. Mesmo desdobradas essas diretrizes funcionarão integradas porque partiram de uma concepção de consecução de um mesmo objetivo e mais para frente estarão sofrendo os mesmos tipos de verificação. A etapa de programação termina com a confecção de planos que apresentam programas, projetos e atividades. Detalhados em objetivos, metas estabelecidas, recursos (fonte orçamentária), entidades executoras, mecanismos para acompanhamento, avaliação e controle.

A metodologia utilizada hoje para se fazer o orçamento dos órgãos públicos e a posterior consolidação do orçamento do governo e ainda o Planejamento Plurianual partem deste estágio

do Planejamento Estratégico (da ESG) aqui proposto para ser usado como ferramenta para coordenar e orientar as ações de desenvolvimento do País. É exatamente toda esta discussão antes que faz a diferença na qualidade da definição das políticas e dos programas para suas implantações. O Planejamento Estratégico evidencia, através do encadeamento lógico e ordenado das políticas, a continuidade e a credibilidade das ações do governo.

A etapa de execução é a concretização de todo o pensamento desenvolvido no trabalho de planejamento, onde se passará através da implementação das ações da situação atual à desejada. É o controle que deverá verificar o atingimento das metas e dos indicadores anteriormente especificados. A fase de controle é muito importante para a realimentação dos processos decisórios e verificação da obtenção do cenário realmente desejado. A verificação de indicadores pré-definidos associados a variáveis ambientais serão importantes para uma política de modificação ambiental dentro de padrões aceitáveis, recuperáveis e principalmente sobre controle.

Dentro da visão de orçamento participativo que no momento é utilizado pelo Governo para discutir e aprovar as políticas públicas este método é de extrema pertinência por manter consistência com a visão sistêmica do Poder e a característica de sociedade aberta e pluralista do grupo que se destina. O Método pressupõe para a fase de formulação e execução a participação e o envolvimento ativo e criativo de toda a sociedade. É muito importante salientar que embora a participação seja aberta e plural é preciso que os participantes dessas discussões tenham formação e conhecimento e que também sejam informados de números e de outros dados relevantes referentes aos aspectos sociais, econômicos, políticos, científico - tecnológicos e militares dos problemas ou regiões em estudo.

O Método de Planejamento Estratégico da ESG é ferramenta forte o suficiente para a coordenação de políticas e estratégias que venham a prover o país de ações que propiciem o desenvolvimento de forma integrada e sustentável. No entanto as decisões são todas tomadas por pessoas, que serão determinantes para o sucesso dos trabalhos na razão direta da qualidade dos seus conhecimentos e de seus comprometimentos com os Objetivos Nacionais.

## CONCLUSÃO

*“Sou brasileiro.  
Não desisto.”  
Presidente Lula*

O tema proposto “A Região Amazônica: Novas Ameaças e Possíveis Respostas” mostrou-se um desafio a ser vencido. Ao começar a levantar os dados referentes à Região Amazônica os números se mostraram muito mais grandiosos do que sabíamos. As informações recebidas em palestras e conferências em nosso Curso de Altos Estudos de Políticas e Estratégias foram fundamentais para a percepção da cobiça internacional que paira sobre a região.

As viagens de estudo e coleta de dados foram primordiais no estabelecimento de uma relação muito mais íntima e mais profunda com a região Amazônica. A possibilidade de sobrevoar a Floresta Amazônica a bordo de aviões da Força Aérea Brasileira, foi uma experiência linda e impressionante, pela qual todo brasileiro deveria passar.

Apesar das riquezas da região, o povo amazônico tem baixa qualidade de vida e carência de vários serviços do estado. Reclamam da falta de atenção do governo federal e, talvez por estarem distante dos grandes centros de decisão do país, se acham esquecidos pelo restante dos brasileiros. Mal informados sobre os nossos irmãos da Amazônia, o Estado está ausente em muitas regiões daquele território. Recursos para educação, para saúde, para obras de infraestrutura escassos em todos os demais estados se fazem ainda mais na Amazônia.

As riquezas da Amazônia, a água, os recursos minerais, a biodiversidade, os produtos naturais e o povo devem deixar de ser apenas listados como potencialidades para ingressarem definitivamente na cadeia produtiva da região e do país. O modelo de país de vocação agrícola deve dividir o espaço com o país de vocação industrial e mineradora. Os produtos de baixo valor agregado devem sofrer processos de industrialização para a agregação de valor.

A política ambiental deve romper suas amarras dos “portos” internacionais de crítica e vigilância e estabelecer seu próprio conceito de modificação, alteração e recuperação do meio ambiente. O centro de toda Política é o homem, e para ele tudo deve ser conduzido. As posturas ambientais devem resgatar o homem como centro deste universo e os ambientalistas devem respeitá-lo tanto quanto se preocupam com a flora e a fauna de forma isolada. Ao adotarmos uma postura mais firme e mais decidida em relação ao uso dos recursos naturais estaremos também começando a equacionar os problemas ligados aos índios e às reservas indígenas.

Entendemos que uma das possíveis respostas a serem dadas como defesa às ameaças que a Amazônia vem sofrendo é a sua definitiva inserção nos programas de governo para o desenvolvimento sustentado da região. Programas de governo frutos de políticas resultantes dos trabalhos desenvolvidos na elaboração de um Planejamento Estratégico Integrado para a região de média e longa duração, e, que hoje, não se verifica para a região nem para o país.

É do Sr. Presidente da República, em 06/06/2004, a afirmativa: “A palavra de ordem é crescimento, crescimento, crescimento”. Crescimento que seja capaz de agregar e distribuir valor às populações de modo a promover o desenvolvimento das sociedades. Sabemos que só uma Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo será capaz de promover a inclusão social e a desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego. O crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e por elevação da produtividade. A redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam esse crescimento sustentado. E, sobretudo o fortalecimento da cidadania e da democracia do país.

Para implantar esse projeto de desenvolvimento é preciso que o Estado tenha um papel decisivo, como condutor do desenvolvimento social e regional e como indutor do crescimento econômico. A ausência de um projeto de desenvolvimento resultou

na falta de foco dos Planos Plurianuais precedentes. Na esfera social, por exemplo, acumularam-se programas superpostos, com poucos resultados práticos.

É preciso uma virada total na forma de planejar. Dadas às características atuais do Estado, da sociedade e do sistema produtivo brasileiro, a atividade de planejamento deve ser compreendida como coordenação e articulação dos interesses públicos e privados no sentido de minorar a pobreza da população, minimizar as desigualdades sociais e regionais, redistribuir renda, reduzir o desemprego, superar a escassez de financiamento, reduzir incertezas e elevar o investimento público e privado.

Isto só será possível através de um Planejamento Estratégico moderno e com dinâmica suficiente para acompanhar as mudanças e evoluções das perdas e ganhos da sociedade brasileira além das inúmeras oscilações das variáveis ambientais. Só um Método de Planejamento Estratégico com capacidade prospectiva e que possa ser realimentado em todos os níveis do processo e a qualquer instante será capaz de oferecer este tipo de resposta.

Embora focado primordialmente na Região Amazônica e em suas ameaças, o tema proposto possibilitou através de um mergulho profundo na realidade amazônica, um olhar crítico da problemática brasileira.

A possível resposta que se quer dar às ameaças que a Amazônia vem sofrendo é a aplicação do Método de Planejamento Estratégico da ESG. Onde as ações de governo sejam decididas depois de uma análise em conjunto das necessidades, das possibilidades e dos retornos a médio e longo prazo para a sociedade que estará sendo atendida por aquele projeto. O que se busca é otimizar os recursos financeiros e físicos de modo que não haja desperdício nem superposição de ações.

A proposta de um Método de Planejamento Estratégico como uma possível resposta às ameaças que a Amazônia vem sofrendo, na verdade é uma proposta para o Brasil.

Não é tarefa fácil como não são nossos problemas. É tarefa para brasileiros destemidos em querer fazer, corajosos em romper modelos e posições arraigadas, e preparados em conhecimentos

para trabalhar e realizar o que for preciso pelo seu país para conduzi-lo na direção dos cenários mais desejados.

Na verdade basta uma boa dose de **Vontade Nacional** para o sucesso de um Planejamento Estratégico que direcione o Brasil no uso de suas riquezas para prover os recursos suficientes para gerar o desenvolvimento de seu povo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da república Federativa do Brasil: 1988: texto constitucional de 5 de outubro de 1988: alterada pelas Emendas Constitucionais de no 1, de 1992, a no 20, de 1998, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de no 1 a 6, de 1994. 11 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999.
2. ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIOS DE IMPACTO AMBIENTAL. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Rio de Janeiro, 1987.
3. NOSSO FUTURO COMUM / Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
4. PENSAMENTO ESTRATÉGICO. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2004
5. ALBUQUERQUE, Mathias de. Amazônia I – Coletânea VI do NEEMA – Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque, Rio de Janeiro, 1999, 385p.
6. SARAIVA, Gerardo José de Pontes. Meio Ambiente: Alocação de Recursos e Ação Governamental. ESG. LS303, 2000.
7. dos SANTOS, Jorge Calvário. Dimensões da Globalização. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. 2000.
8. dos SANTOS, Jorge Calvário. Amazônia Quinhentos Anos de Cobiça. 2004.
9. COIMBRA, Guilhermina L. Importância Estratégica dos Jazimentos Minerais. Seminário: Amazônia e Soberania Nacional. Instituto dos Advogados Brasileiros, 1997.
10. OLIVA, Oswaldo Muniz. Brasil: o amanhã começa hoje. Rio de Janeiro. 2002

11. MEIO AMBIENTE BRASIL: AVANÇOS E OBSTÁCULOS PÓS-RIO-92. Organizadores: Aspásia Camargo, João Paulo Ribeiro Capobianco, José Antônio Puppim de Oliveira. São Paulo. 2002
12. Cadernos NAE/Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República nº. 1 (julho 2004), Brasília: Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica. 2004.
13. GRUMBACH. Raul J. Prospectiva, Ciência do Futuro: A Chave para o Planejamento Estratégico, Rio de Janeiro. Ed. Catau: Casnav, 1997.
14. MATTOS. Adherbal Meira. Amazônia: outros estudos
15. RIBEIRO. Sylvio Romero de Souza. Amazônia: A Guerrilha Colombiana, o narcotráfico, a Questão Indígena, o Meio Ambiente e as riquezas Minerais - uma abordagem mais realista. ESG. Monografia. CAEPE, 2003.
16. BENCHIMOL, Samuel. Amazônia - Formação social e cultural. Manaus: Editora Valer da Universidade do Amazonas, 1999.
17. <http://www.pnud.org.br>
18. <http://www.ambientebrasil.com.br>
19. <http://www.eco21.com.br>
20. <http://www.sigplan.gov.br>
21. <http://www.planejamento.gov.br>
22. <http://www.planobrasil.gov.br>
23. <http://www.mma.gov.br>